

FONAPRACE



Fórum Nacional de Pró-Reitores de
Assuntos Comunitários e Estudantis

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

Presidente: Reitor Carlos Edilson de Almeida Maneschy (UFPA)

1º Vice-presidente: Reitor Edward Madureira Brasil (UFG)

Suplente: Reitora Ângela Maria Paiva Cruz (UFRN)

2º Vice-presidente: Reitor Paulo Márcio de Faria e Silva (UNIFAL-MG)

Suplente: Reitor Felipe Martins Müller (UFMS)

Diretório Nacional

Vice Centro-Oeste: Reitor Damião Duque de Farias (UFGD)

Suplente: Reitora Célia Maria da Silva Oliveira (UFMS)

Vice Nordeste: Reitor Anísio Brasileiro de Freitas Dourado (UFPE)

Suplente: Reitora Dora Leal Rosa (UFBA)

Vice Norte: Reitora Márcia Perales Mendes Silva (UFAM)

Suplente: Reitora Gioconda Santos e Souza Martinez (UFRR)

Vice Sudeste: Reitor Reinaldo Centoducatte (UFES)

Suplente: Diretor Geral Carlos Henrique Figueiredo Alves (CEFET-RJ)

Vice Sul: Reitor Carlos Eduardo Cantarelli (UTFPR)

Suplente: Reitora Ulrika Arns (UNIPAMPA)

Secretário Executivo: Gustavo Henrique de Sousa Balduino

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

Coordenação Nacional

Coordenador: Fabricio Carvalho (UFMT)

Vice-coordenador: Luiz Leduino de Salles Neto (UNIFESP)

Regional Centro-Oeste

Coordenadora: Ceres Moraes (UFGD)

Vice-coordenadora: Carolina Cássia Batista Santos (UnB)

Regional Nordeste

Coordenador: Pedro Nelson Bomfim Gomes Ribeiro (UFAL)

Vice-coordenador: Dirceu Martins (UFBA)

Regional Norte

Coordenador: José Maia Bezerra Neto (UFPA)

Regional Sudeste

Coordenador: Joel Pereira Felipe (UFABC)

Vice-coordenador: Sérgio José Xavier de Mendonça (UFF)

Secretário: Rafael Magdalena (UFOP)

Regional Sul

Coordenador: Edilson Amaral Nabarro (UFRGS)

Vice-coordenador: Carmen de Fátima de Mattos do

Nascimento (UFPEl)

Secretário: Maurício Fernando Bozatski (UFFS)

FONAPRACE

Revista Comemorativa 25 Anos

histórias, memórias e múltiplos olhares

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

25 anos FONAPRACE



Fórum Nacional de Pró-Reitores de
Assuntos Comunitários e Estudantis

Com os nossos cumprimentos, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES tem a honra de publicar a Revista Comemorativa dos 25 anos do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, com o reconhecimento e a gratidão a todos os que ajudaram a construir esta história.

Outubro, 2012

Reitor Carlos Edilson de Almeida Maneschy
Presidente da ANDIFES

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU – MG, Brasil

F673r FONAPRACE : Revista Comemorativa 25 Anos : histórias, memórias e múltiplos olhares / Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX : 2012.

212 p. : il.

Inclui bibliografia.

Projeto e organização “Revista comemorativa 25 anos” Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE (Gestão 2011/2012)

ISBN: 978-85-62153-14-3

1. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Brasil. 2. Programas de assistência ao estudante. 3. Estudantes – Auxílio. I. Universidade Federal de Uberlândia. Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. II. Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. III. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. IV. Título.

CDU: 378.32

NOTA DOS ORGANIZADORES

Projeto e organização “Revista comemorativa 25 anos”
Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE (Gestão 2011/2012)

Realização e financiamento
Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES

Equipe de pesquisa
Antônio Glaucio de Sousa Gomes – UFCG
Antonio José Barbosa de Oliveira – UFRJ
Fabricio Carvalho – UFMT
Kleber Salgado Bandeira – UFPB
Márcia Cristina Feres – CEFET-MG
Maria de Fátima Oliveira – UFU
Maria Lúcia Costa Marquez – UFU
Michele Aparecida Xavier Falco – UFU
Rafael Magdalena – UFOP
Suhellen Souza Martins – UFU

Apoio técnico e produção
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Alberto Martins da Costa – UFU
Edsoni Pereira Parreira – UFU

Edição e revisão técnica
Antônio José Barbosa de Oliveira – UFRJ
Carlos Alberto Haddad – UFU
Luciana Vieira – UFU
Márcia Cristina Feres – UFU
Maria de Fátima Oliveira – UFU
Michele Aparecida Xavier Falco – UFU
Regina Nascimento Silva – UFU

Capa
Jaime Nunes – UFU

Layout
Carlos Alberto Haddad – UFU

Diagramação
Eduardo Warpechowski – UFU

Imagens
Acervo das universidades

Impressão
TC Gráfica e Editora (Brasília-DF)

Tiragem
1.000 exemplares

“Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos.

Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez

não mereçamos existir.”

José Saramago

Em maio de 2012, fomos chamados a realizar um grande desafio: elaborar a revista em comemoração aos 25 anos do FONAPRACE. Marco importante de um Fórum que sempre lutou pela assistência estudantil enquanto um direito nas instituições federais de ensino superior do Brasil.

Várias eram as expectativas e objetivos desta tarefa: resgatar a história, registrar memórias, sistematizar documentações produzidas, promover reflexões e debates, dar voz aos diferentes atores que teceram e continuam a tecer esta história. Tudo isto, envolto em um propósito de registrarmos a data simbólica do que passamos a chamar de “jubi-leu de prata” deste Fórum.

A despeito de limitações de toda ordem que, sabíamos, nos aguardavam, especialmente em um contexto de greve nacional dos servidores públicos em

educação, nos dispomos a montar um grande mosaico.

Foram meses de intensa pesquisa *on line* e de análise documental, além da valiosa colaboração de colegas que vivenciaram a história e guardam consigo memórias de grandes lutas e conquistas.

Realizamos encontros presenciais, que nos permitiram formatar a proposta e definir as seções da revista, além de fazermos a seleção de material e organização das seções da publicação.

Como resultado, apresentamos, na primeira parte, a seção de documentos e registros históricos, conjugada com as memórias de quem presenciou vários destes fatos, por meio dos depoimentos de coordenadores nacionais deste período. Na seção “O FONAPRACE e a Política de Assistência Estudantil em 2012: quem somos, onde chegamos e o que queremos”,

buscou-se, por meio de dados do Plano Nacional de Assistência Estudantil, proposto pelo FONAPRACE e aprovado pela ANDIFES em julho de 2007, sistematizar objetivos, concepções, conceitos, princípios, alcances e perspectivas, bem como a base legal, que constituem diretrizes para a política de assistência estudantil das IFES, proposta pelo Fórum ao longo de sua trajetória.

A segunda parte foi reservada para apresentar os múltiplos olhares sobre a assistência estudantil. Primeiramente, temos a presença de ensaios que promovem reflexões teóricas que fundamentem nossas práticas. Ainda nesta seção, registramos os pontos de vista dos representantes da ANDIFES e do FONAPRACE. Por fim, foram colhidos depoimentos envolvendo os vários atores: gestores, equipe técnica e estudantes atendidos nas diversas áreas que fazem parte do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, desenvolvido nas diversas IFES brasileiras.

Inevitavelmente, e felizmente, os registros não conseguiram abarcar a totalidade dos fatos, das interpretações e de todos os agentes envolvidos neste processo. A história da assistência estudantil nas IFES e a construção do FONAPRACE se dão conti-

nuamente. Outras histórias virão, outros registros serão feitos, novos atores entrarão em cena e certamente teremos outras produções como esta, que almejem igualmente registrar, refletir e fortalecer a atuação de nosso Fórum e de nossas ações.

Convidamos a todos que façam deste momento comemorativo um ato em defesa da assistência estudantil como direito, como política pública, garantida por meio de Lei Federal.

Esta é a luta incansável de todos nós que fazemos parte do FONAPRACE!

Leiam, discutam e divulguem!

Boa leitura!

GT Revista 25 anos do FONAPRACE

Antônio Gláucio de Sousa Gomes – UFCG

Antonio José Barbosa de Oliveira – UFRJ

Fabrcio Carvalho – UFMT

Kleber Salgado Bandeira – UFPB

Márcia Cristina Feres – CEFET-MG

Maria de Fátima Oliveira – UFU

Michele Aparecida Xavier Falco – UFU

Rafael Magdalena – UFOP

AGRADECIMENTOS

À ANDIFES, por acreditar e financiar esta publicação, parte integrante do jubileu de prata do FONAPRACE.

A todos os que colaboraram com textos, depoimentos e imagens para enriquecimento desta publicação. À Equipe da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia (PROEX/UFU), nosso especial agradecimento pelo apoio e empenho para que esta publicação fosse possível.

DEDICATÓRIA

Esta revista é dedicada a todos os que constroem a história FONAPRACE ao longo dos seus 25 anos, aos que hoje fazem acontecer a assistência estudantil em cada IFES brasileira e a todos os que virão...

É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.
Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros.)
Se trata de abrir o rumo.
Os que virão, serão povo,
e saber serão, lutando.

Thiago de Mello



1.

O FONAPRACE E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS IFES BRASILEIRAS: uma história em construção

- 14 Histórias e memórias conjugadas em documentos
- 47 Depoimentos dos Coordenadores Nacionais (1987–2012)
- 62 O FONAPRACE e a Política de Assistência Estudantil em 2012:
quem somos, onde chegamos e o que queremos

2.

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: múltiplos olhares

- 79 Ensaio
- 182 Pontos de Vista — Entrevistas
- 187 Depoimentos — Gestores, Técnicos Administrativos da área de
Assistência Estudantil e Estudantes assistidos

O FONAPRACE e a Assistência
Estudantil nas IFES brasileiras:
uma história em construção



HISTÓRIAS E MEMÓRIAS conjugadas em documentos

A história de criação do FONAPRACE está relacionada ao contexto socioeconômico e político do Brasil na década de 80, que foi marcado pelo início do processo de redemocratização da sociedade brasileira, com a abertura política pós-ditadura militar, caracterizado pelo movimento das Diretas Já e a aprovação da nova Constituição de 1988.

Desde meados de 1984, os Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das IFES já se reuniam, preocupados com as políticas de promoção e apoio aos estudantes.

Por meio de encontros regionais e nacionais, foram gerados documentos onde tais preocupações eram expostas, visando à permanência dos estudantes nas universidades, dentro de condições mínimas necessárias ao ensino de boa qualidade. Nos vários documentos gerados, sempre houve a insistência da necessidade de definição de políticas de ação, por parte do MEC, que atendessem as posições definidas pelos Pró-Reitores.

O I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assis-

tência à Comunidade Universitária que se tem registro aconteceu na cidade de Florianópolis-SC, no período de 27 a 30 de novembro de 1985. Este Encontro teve como temário básico a análise da política de assistência e apoio ao estudante e ao servidor. Congregou 27 Universidades Brasileiras objetivando maximizar o intercâmbio de informações; aprofundar o debate em torno do tema central e ampliar a idoneidade política da área. Ao final do encontro, concluiu-se que havia a necessidade de se criar um Programa na Secretaria de Ensino Superior (SESu)/MEC, com a adequada dotação orçamentária, para atender a área de apoio e promoção de estudantes universitários. Órgão com atribuições análogas, com recursos orçamentários próprios, deveria ser criado no MEC para atender a área de apoio e assistência aos servidores técnicos administrativos das IFES, tendo como principal função assegurar direitos trabalhistas desse segmento, compatíveis com a dignidade e a relevância das funções exercidas. Definiu-se ainda que era imprescindível uma urgente

manifestação do Ministério da Educação sobre alocação de recursos para os Restaurantes Universitários em 1986 (Fonte: Dez Encontros, 1993, p.15-22). A partir do I Encontro Nacional, deu-se sequência a vários encontros de Pró-Reitores das regiões Norte-Nordeste que elaboraram quatro documentos que caracterizaram a relevância de temas, apresentando sugestões para implantação de ações concretas, a saber:

- ✓ Promoção de Apoio Ao Estudante Universitário, novembro/1984, em Maceió/AL;
- ✓ Participação e Representação Estudantil, março/1985, em São Luiz/MA;
- ✓ Projeto Emergencial de Manutenção dos Restaurantes Universitários do Norte e Nordeste, setembro/1985, em João Pessoa/PB;
- ✓ Diretrizes e Estratégias para uma Política de Promoção e Apoio ao Estudante Universitário: subsídios para um Programa do Ministério da Educação, novembro/1985, em Aracaju/SE.

“Ao longo dos dois anos de realização dos referidos encontros no Norte e Nordeste, foram efetuados encaminhamentos ao Ministério da Educação, ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), ao poder legislativo e às demais

instituições universitárias. Os dois últimos documentos relacionados foram elaborados a partir de solicitação do próprio Ministro da Educação, em audiência concedida aos Pró-Reitores da área.” (Dez Encontros, 1993, p.15).

Em função dos inúmeros documentos produzidos ao longo dos encontros de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária, tanto em nível nacional como regional é que foi deliberado no II Encontro Nacional, que aconteceu na cidade de Belo Horizonte-MG, nos dias 26 e 27 de agosto de 1987, a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, o qual passaria a representar oficialmente e de forma permanente os Pró-Reitores da área. Este Fórum ficaria ainda, encarregado de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de Promoção e Apoio ao Estudante. Num primeiro momento, foi constituída uma Comissão Provisória, composta por um representante de cada região geográfica, em número de cinco, ficando encarregada de organizar e estruturar o Fórum Nacional, a instalar-se na cidade de Manaus na 2ª quinzena de outubro de 1987, conforme cópia do ofício dirigido ao Ministro da Educação Dr. Jorge Bornhausen.

...
Dr. Jorge Bornhausen
D.D. Ministro de Estado da Educação

Belo Horizonte, 27 de agosto de 1987

Senhor Ministro,

Apesar de formalmente o governo reconhecer sua obrigatoriedade na manutenção do ensino nas IFES, na prática o que vem ocorrendo é uma progressiva desobrigação do MEC frente às atividades de apoio ao ensino superior nas universidades federais. É elementar que a melhoria do nível de ensino, tão cobrada pela sociedade, passa obrigatoriamente por uma política efetiva de assistência e promoção ao estudante refletida em programas, tais como de bolsas, alimentação e habitação. O não reconhecimento dessa política, e/ou considerá-la como uma concessão, é no mínimo uma posição que nega a obrigação que o Estado deve ter em prover a sociedade de ensino público e gratuito.

As universidades públicas devem continuar sendo custeadas com recursos públicos, cabendo ao governo o papel central de manter a instituição universitária, suporte sem o qual as IFES não corresponderão aos seus compromissos sociais, e muito menos poderão perseguir a expansão necessária para garantir a democratização do acesso ao ensino superior.

Essa constatação de que o governo vem postergando as soluções para os problemas sempre crescentes das universidades federais é respaldada pelas seguintes evidências:

1 - A desativação dos programas especiais de apoio ao Estudante por parte do MEC;

2 - A precariedade das instalações físicas de residências e restaurantes universitários por falta de recursos, chegando a implicar em risco de vida para estudantes e funcionários;

3 - A ausência de respostas a documentos enviados ao Ministério da Educação por Pró-Reitores da Área Estudantil em que, sistematicamente, os mesmos problemas são cobrados;

4 - A inexistência de uma política efetiva de Apoio ao Estudante. Considerando o exposto, os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários reunidos em Belo Horizonte, nos dias 26 e 27 de agosto de 1987, resolveram:

1 - Solicitar a Vossa Excelência o atendimento, através de Programas Especiais do MEC, para as seguintes questões emergenciais:

- Recuperação imediata dos equipamentos e instalações físicas de Residências e Restaurantes Universitários;

- Alocação de recursos para aquisição de gêneros alimentícios de forma a partir o funcionamento pleno dos Restaurantes Universitários até o final do 2º semestre letivo de 1987;

- Manutenção dos programas alternativos existentes de Residências e Restaurantes Universitários.

2 - Criar um Fórum Nacional permanente de Pró-Reitores de assuntos Estudantis e Comunitários com o objetivo de elaborar, implementar e acompanhar uma Política de Apoio ao Estudante, que será definida a partir de discussões no interior das IFES.

3 - Realizar uma reunião do Fórum nacional na segunda quinzena de outubro, em Manaus, quando serão traçadas diretrizes fundamentais da Política de Apoio ao Estudante.

Na oportunidade, os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários esperam de Vossa Excelência o compromisso de discutir e implementar junto com as IFES, a política que será discutida na reunião de Manaus.

Ressaltando a gravidade da atual situação dos restaurantes universitários e das moradias estudantis, que de maneira alguma pode ser resolvida no âmbito das IFES, apresentamos a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.

Pelo encontro de Pró-Reitores, assina o presente documento a Comissão Provisória do "Fórum de Assuntos Estudantis e Comunitários".

Universidade Federal do Pará
Raul Meireles do Vale
Universidade Federal de Sergipe
Maria Augusta Silva Cruz
Universidade Federal de Juiz de Fora
Maria José Féres Ribeiro
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Izaías Pereira da Costa
Universidade Federal do Paraná
Mário Portugal Pederneiras

Curitiba, 03 de fevereiro de 1988

Ilmo Sr.
Prof. RODOLFO PINTO DA LUZ
MD. Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.
SEP - NORTE - QUADRA 516 - LOTE 09
CEP: 70.770 - BRASÍLIA/DF.

Senhor Presidente:

Como é do seu conhecimento, no III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários das Instituições Federais de Ensino Superior, realizado nos dias 21 a 23 de outubro de 1987, em Manaus-AM, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários das IFES com os seguintes objetivos:

Articular das ações comuns das Pró-Reitorias das IFES da área, a nível regional e nacional;

Estabelecimento de políticas de ações que visem a orientação e fortalecimento da atuação das Pró-Reitorias;

Articulação permanente com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) visando a análise e encaminhamento das questões referentes a área de atuação das Pró-Reitorias;

Contato com os órgãos governamentais, atuando como interlocutor sobre as questões e as políticas relacionadas com a área de atuação das Pró-Reitorias.

Neste sentido solicitamos que o referido Fórum tenha representação no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Outrossim, entendemos que para maior aproximação do Fórum Nacional com o CRUB seria oportuno a indicação de um Reitor que pudesse acompanhar os nossos trabalhos.

Na certeza de que Vossa Senhoria acatará nossos pedidos, agradecemos e apresentamos nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Prof. Mário Portugal Pederneiras
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários da UFPR
Coordenador do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos
Estudantis e Comunitários.

TELEX/CRUB NR. 0098/BSB 15MAR88

Ilmo Sr.
Prof. MARIO PORTUGAL PEDERNEIRAS
DD. Coordenador do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos
Estudantis e Comunitários
UFPR
Curitiba-PR

Tenho a grata satisfação de comunicar a V.Sa. que o plenário da 46ª reunião deste conselho de reitores, na sessão do dia 11 do corrente, em Florianópolis, acolheu solicitação desse fórum para que se faça representar no CRUB.

CDS SDS - Prof. Ademar Cirimbelli - Secretário Geral do CRUB

Ofício encaminhado ao Ministro da Educação, comunicando a criação do Fórum.

Fonte: *Dez Encontros*, 1993, p. 32-33

Ofício encaminhado ao CRUB.

Fonte: *Dez Encontros*, 1993, p. 74

Resposta do CRUB ao Fórum.

Fonte: *Dez Encontros*, 1993, p. 80

Finalmente, no período de 21 a 23 de outubro de 1987, em Manaus/AM, foi instalado o Fórum Nacional de Assuntos Estudantis e Comunitários, passando posteriormente a ser denominado de Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE. Este fato foi

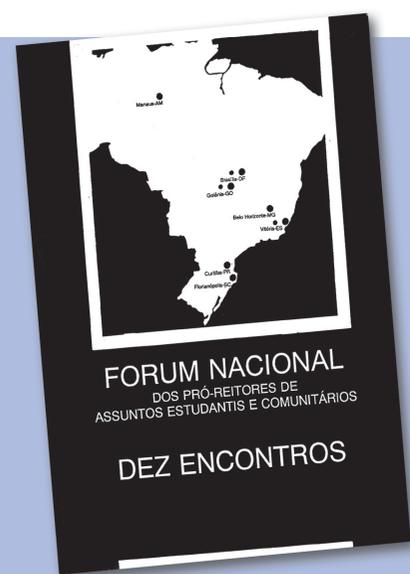
informado ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, e ao mesmo tempo foi solicitado que o referido Fórum tivesse representação no CRUB, de acordo com o ofício a seguir. A resposta do CRUB à solicitação do Fórum foi dada por meio do documento acima.

No final da década de 80, o processo de transformação do cenário da Educação Superior no Brasil acompanhou a criação de novos órgãos representativos para os diversos segmentos de universidades. Neste contexto, foram fundadas a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais

de Ensino Superior - ANDIFES; a Associação Nacional de Universidades Particulares; a Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais e a Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (ABRUC). (Fonte: <http://www.crub.org.br>, acesso em 03 jul. 2012).

A ANDIFES foi criada em 23 de maio de 1989, sendo a representante oficial das Universidades Federais de Ensino Superior (IFES) na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnicos-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral (Fonte: <http://www.andifes.org.br>, acesso em 03 jul. 2012). Como participante do Fórum nas suas origens, o Professor Kleber Salgado Bandeira, atual Superintendente do Sistema de Restaurantes da UFPB, em depoimento afirma que “nos primeiros anos de existência do Fórum as reuniões eram lastimáveis e sem perspectiva para o futuro, onde a grande maioria das IFES não possuía nenhuma política ou programa de Assistência Estudantil, a não ser a existência de alguns Restaurantes e Residências

Universitárias totalmente saqueadas, e Programas de Bolsas Estudantis ineficientes. Foi a partir deste momento que se deu início ao grande e eficiente trabalho do FONAPRACE, com mudanças de estratégias, passando a produzir documentos e abrindo canal de conversação com o MEC, mesmo em momento político adverso”. A década de 90 inicia-se com a reconfiguração e ampliação do processo de globalização da economia mundial com grandes mudanças geopolíticas e tecnológicas, movidas pelo projeto neoliberal que se fortalece, no Brasil, por meio do Governo Fernando Henrique Cardoso, que estabelece a estratégia política do estado mínimo, e com isso, estimula a ideia de privatização das instituições públicas de ensino superior.



Nesta década, as memórias iniciais do FONAPRACE foram registradas no Livro “Dez Encontros”, publicado em 1993, no qual encontramos concepções de consenso, de preocupações e apresentação de propostas de políticas que visavam assegurar a democratização do acesso e da permanência do estudante na universidade. O então Professor Ary Monteiro do Espírito Santo (Pró-Reitor de Assuntos Comunitários da Universidade de Goiás) justifica a importância da publicação do referido livro no seguinte documento.

Imagem 1: Capa do livro *Dez Encontros*.

Trata-se esta publicação de uma coletânea dos documentos produzidos durante as realizações dos fóruns de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários das IFES e órgãos equivalentes, tendo como objetivo preservar documentos tão importantes pela riqueza de propostas e servir de fonte de consultas e ensinamentos.

A idéia desta iniciativa surgiu durante a realização do Seminário sobre Política de Assistência à Comunidade, em Belo Horizonte, no período de 04 a 06 de dezembro de 1991, com a participação dos Pró-Reitores Maria do Socorro C. Ferreira, da UFPI, Vera Lúcia Mota Klein, da UFCE, Thânia Monteiro de Arruda, da UFMT, Conceição Zotta Lopes, da UnB, Elizabeth G. S. Araújo Voros, da UFPR, Tânia Chiari Gomes Lazarini, da UFSCAR, Narciso Júlio Freire Lobo, da FUA, Marcos Roberto Moreira Ribeiro, da UFMG e Ary Monteiro do Espírito Santo, da UFG, ficando decidido que este trabalho seria realizado pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Goiás, tendo em vista que esta sediará o X Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários.

Os documentos foram reunidos a partir do que havia nos arquivos da Secretaria da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFG e completados com a colaboração de alguns Pró-Reitores. Entretanto, é possível que dados importantes não tenham sido contemplados, pelo que nos escusamos de antemão.

Prof. Ary Monteiro do Espírito Santo

Justificativa da importância da publicação do livro *Dez Encontros*.
Fonte: *Dez Encontros*, 1993, p. 22

O FONAPRACE definiu como prioridade concentrar seu trabalho na identificação de dados confiáveis que fundamentassem a formulação e elaboração de uma proposta de política de assistência ao estudante.

No período de 1993 a 1996, foram realizados levantamentos e pesquisas sobre Residências Universitárias, Restaurante Universitário, Saúde do Estudante, dentre outros temas. Neste sentido, o professor Carlos José de Lima (Diretor do Departamento de Assuntos Estudantis da UFRN, no período de 1995 a 2003) afirma que, “como os dados

Na opinião de Rafael Magdalena, atual Pró-Reitor Especial de Assuntos Comunitários e Estudantis da UFOP, “este livro acabou sendo o marco da comemoração dos 5 anos de criação do FONAPRACE (1987-1992), deixando clara a preocupação do Fórum em definir como meta prioritária trabalhar na sistematização de uma proposta de política de assistência aos estudantes que garantisse o seu acesso e permanência, assegurando-lhes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico”.

de 1994, quando foi realizado o primeiro levantamento amostral do perfil socioeconômico dos alunos de graduação das IFES, não podiam ser considerados, por não terem a consistência necessária para o apontamento de políticas em âmbito local e nacional, o FONAPRACE procurou desenvolver um trabalho sistemático nas IFES para determinação do PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES, elemento indispensável ao debate, formulação e implantação de políticas sociais que garantam a permanência dos alunos de graduação no interior das Instituições.

Para esse trabalho, os profissionais das áreas de assistência de praticamente todas as IFES apresentaram-se disponíveis para elaboração de um instrumento de pesquisa capaz de coletar os dados necessários para caracterizar as diferenças socioeconômicas e culturais existentes entre os estudantes. Além disso, pretendia-se dimensionar a assistência praticada, à época, e de levantar a demanda potencial em âmbito local, regional e nacional, buscando indicadores que pudessem fundamentar a definição de políticas sociais.”

Diante da conjuntura nacional com a ofensiva neoliberal do Governo FHC, os encontros do FONAPRACE registraram a preocupação constante em conhecer o estudante das universidades públicas

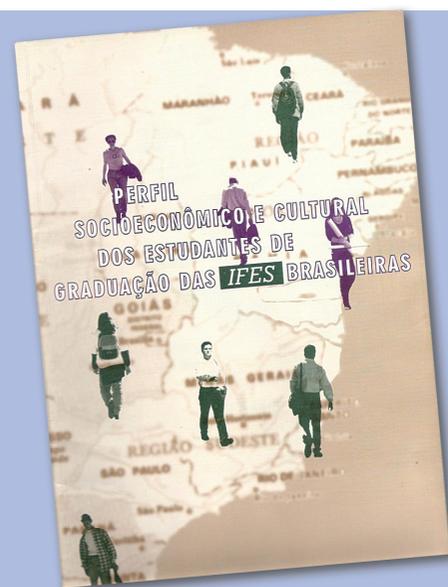
brasileiras. Nessa direção, definiu-se por traçar o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação das IFES. Ao apresentar o Relatório da I Pesquisa, o FONAPRACE esclareceu que o financiamento da mesma foi assegurado, inicialmente, pelas próprias IFES que custearam a participação de seus representantes em seminários e treinamentos. As IFES integrantes da Coordenação Nacional (UNIFESP; UFU; UFPR; UFF; UFMG; UnB e UFOP) suportaram encargos ainda maiores, possibilitando a participação dos servidores em todas as reuniões de trabalho. Na fase final, os aportes de recursos do MEC/SESu e da ANDIFES viabilizaram a conclusão e a elaboração do relatório da pesquisa.

José Leonel da Luz Antunez (Coordenador Nacional do FONAPRACE 1999/2000) e Carmen de Fátima de Mattos do Nascimento (atual Pró-Reitora de Assuntos Estudantis da UFPel) chamam a atenção para um fato curioso e importante que marcou a divulgação desta pesquisa pela mídia. Houve uma distorção das informações apresentadas, pois um jornal de grande circulação do centro do País, ao interpretar os dados, utilizou a seguinte manchete: “Maioria dos estudantes de Universidades Federais podem pagar Universidade”, deturpando a finalidade da pesquisa ao salientar, de forma errônea, que os estudantes, que não apresentavam demanda potencial por assistência, eram ricos.

Apartir deste episódio, percebemos a necessidade de planejamento e estratégias de divulgação das questões relacionadas aos programas e projetos na área. O FONAPRACE e as Universidades tiveram que realizar inúmeras outras matérias jornalísticas para esclarecer a população quanto à interpretação correta dos dados da referida pesquisa. Neste período, o apoio ao estudante era dado num esforço quase que isolado de cada Instituição, nem sempre suficiente, dependendo muitas vezes da sensibilidade dos gestores e do poder de convencimento dos setores de Assistência Estudan-

til (AE) junto à comunidade universitária — que a AE não é gasto e sim *uma questão de investimento*. Alicerçada na convicção de AE como estratégia de redução das desigualdades sociais, o FONAPRACE, as lideranças estudantis e as Universidades, com apoio da ANDIFES, começaram a dar mais visibilidade para a AE.

No final de 1999, o Fórum entendeu que deveria promover a maioria dos encontros em Brasília, aproximando-se da ANDIFES. Inclusive, passou a utilizar a estrutura da sede da Associação dos Reitores. Isso facilitou, em muito, o contato com os próprios Reitores, Deputados, Senadores e com o Ministério da Educação. Ainda segundo Leonel e Carmen, várias reuniões ocorreram com a União Nacional de Estudantes – UNE, com Diretórios Centrais de Estudantes – DCEs das Universidades e também com a Secretaria Nacional de Casas de Estudantes – SENCE. Os universitários perceberam que o FONAPRACE lutava pelas mesmas reivindicações em relação ao espaço e o fortalecimento da AE. “Assistência estudantil: uma questão de investimento”. Esta frase passou a ser uma espécie de bandeira do FONAPRACE para que se firmasse a AE como uma importante e fundamental ferramenta no processo ensino-aprendizagem.



A I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras realizada no segundo semestre letivo de 1996, contou com a participação de 44 instituições, o equivalente a 84,62% das 52 IFES. Dentre outros dados relevantes, demonstrou que 44,29% dos estudantes encontravam-se nas categorias C, D e E, apresentando demanda potencial por assistência estudantil.

Pesquisas como a realizada pelo FONAPRACE abalaram o imaginário social que, à época permeava o senso comum, por meio de discursos que afirmavam serem as universidades públicas, em sua maioria, ocupadas por elites econômicas. Historicamente esta máxima encontrava eco na maior parte das instituições, mas os dados obtidos apontaram para uma realidade distinta e abriu terreno para a ampliação das pressões em prol da assistência estudantil.

Imagem 2: Capa da I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras.



Imagem 3: O FONAPRACE passa a utilizar a sede da ANDIFES, em Brasília.



Imagem 4: FONAPRACE e Estudantes – BH -1999.



Imagem 5: Logomarca do Jornal FONAPRACE

No final da década de 1990, foi criado o Jornal FONAPRACE que buscava o fortalecimento da organização política e a articulação do Fórum em nível nacional, melhorando a sua comunicação com as Instituições. A primeira publicação, que serviu de base para as futuras edições do Jornal, foi dedicada ao registro do “I Seminário Nacional sobre Estudantes Estrangeiros nas Instituições de Ensino Superior”, realizado no período de 5 a 7 de agosto de 1998, que contou com representantes das IFES e dos Ministérios da Educação e das Relações Exteriores. As principais conclusões do referido Seminário apontavam para a necessidade de traçar o perfil dos estudantes que já estavam no Brasil e regulamentar, com mais rigor, o processo de seleção. O Jornal do FONAPRACE circulou logo após as

deliberações das reuniões durante o período de novembro/1999 a abril/2001. Outro meio de comunicação importante criado no Fórum foi a “Ciranda”, que é um grupo de e-mails acessado pelos representantes das diversas IFES, por meio do endereço eletrônico fonaprace@e-groups.unb.br. A UnB hospeda a Ciranda, sendo também a responsável pela atualização dos usuários. As edições demonstraram o trabalho desenvolvido pelos Coordenadores junto à ANDIFES e à Câmara dos Deputados para garantia de metas no Plano Nacional de Educação que assegurassem as condições de acesso e permanência dos estudantes de baixa condição socioeconômica das IFES. No início dos anos 2000, percebeu-se claramente a atuação política do FONAPRACE junto ao Con-



Imagem 6: Entrega de documentos do FONAPRACE ao relator do PNE.



Imagem 7: Momento importante do Fórum na UnB.



Imagem 8: FONAPRACE no Senado Federal.



Imagem 9: Preparação da proposta do PNA – Plano Nacional de Assistência Estudantil.

gresso Nacional e às instâncias Governamentais na defesa das questões relacionadas à Assistência Estudantil nas IFES.

Segundo os relatos de Leonel e Carmen, no ano de 2000, o governo federal preparava o Plano Nacional de Educação – PNE, cujo relator era o Deputa-

do Nelson Marchezam, e observou-se que no Plano nada constava relacionado à Assistência Estudantil. Assim, o FONAPRACE, em audiência com o relator do PNE, entregou um documento de apresentação do Fórum, um exemplar da I Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes, formalizando uma solicitação de inclusão, no PNE, da AE e de indicadores para a permanência estudantil nas IES públicas.

Nessa oportunidade, estava ocorrendo reunião do Fórum em Brasília e fizeram-se presentes, além do Deputado Nelson Marchezan, relator do PNE, o Deputado Pedro Wilson (Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública), Jáder Nunes de Oliveira (Vice-presidente da AN-DIFES) e Lauro Morhy (Reitor da UnB).

No dia seguinte à reunião em Brasília, uma comissão do FONAPRACE visitou vários parlamentares com o mesmo pleito e recebeu a notícia no gabinete do relator da inclusão da AE no PNE com a seguinte redação: “a adoção de programas de assistência estudantil tais como: bolsa trabalho e outros destinados a apoiar estudantes carentes

que demonstrem bom desempenho acadêmico.” O PNE foi aprovado e publicado no Diário Oficial em 10 de janeiro de 2001, incorporando a ele a proposta apresentada pelo FONAPRACE. Após a inclusão da Assistência Estudantil no PNE, caminhou-se para a elaboração de um documento mais amplo. Este trabalho materializou uma minuta do Plano Nacional de Assistência Estudantil, elaborado a partir dos dados da Pesquisa do Perfil publicada em 1997 e das dificuldades enfrentadas pelos estudantes nas IFES, observadas pelos setores responsáveis nas Instituições.

O plano estabeleceu diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos, e demonstrou aos órgãos governamentais a necessidade de destinação de recursos financeiros para a assistência estudantil.

A versão final do Plano Nacional de Assistência foi encaminhada à ANDIFES em 4 de abril de 2001, passando a ser documento base para todas as ações relativas ao tema, inclusive com elaboração de Propostas de Recursos Orçamentários para as IFES investirem em programas para Assistência Estudantil.

Outro momento importante na história do FONAPRACE, neste período (2000-2001), foi a audiência no Palácio do Planalto, quando da entrega do documento “Assistência Estudantil: uma questão de investimento”, ao Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel.



Imagem 10: Entrega do documento ao Vice-Presidente Marco Maciel
Fonte: Jornal FONAPRACE, ano 2, n. 3, ago.2000.

O referido documento foi produzido coletivamente no FONAPRACE, visando aos seguintes objetivos: incluir verbas específicas destinadas à assistência estudantil, na matriz orçamentária do MEC, para cada IFES; elaborar projetos especiais para recuperação e ampliação da capacidade instalada nos ambientes destinados à assistência; estabelecer a

vinculação entre ações de acesso e programas de permanência e consolidar um Plano Nacional de Assistência mediante levantamento nacional das necessidades. Para o FONAPRACE, tornava-se imperativo sensibilizar as autoridades, os legisladores e a comunidade universitária para a importância da Assistência como parte de um projeto acadêmico



Imagem 11: Reunião do FONAPRACE com a presença de representante MEC/SESu
Fonte: Jornal FONAPRACE, ano 3, n.5, abr.2001

que tem a função de formar cidadãos qualificados e competentes.

Após um período sem a participação do MEC, em novembro de 2000, foi realizada uma reunião, em Brasília, que contou com a presença do Dr. José Luiz da Silva Valente, Diretor do Departamento de Política do Ensino Superior da SESu, que naquele mo-

mento estava finalizando o orçamento para 2001. Nesta reunião, foram apresentados dados de uma Pesquisa sobre o Rendimento Acadêmico das Universidades de Brasília (UnB) e de Santa Maria (UFSM) que comprovaram que os estudantes inseridos em programas de assistência estudantil, apresentavam melhor rendimento acadêmi-

co do que os demais estudantes do mesmo curso. Durante sua fala, o Prof. Valente, apesar de insistir na dificuldade orçamentária para inserir qualquer outro programa na divisão de recursos, aceitou para a possibilidade de acatar um Programa de Assistência Estudantil com recursos específicos da própria SESu, desde que o mesmo não se tornasse uma ameaça para a manutenção das IFES.

Apesar da relevante atuação política do FONAPRACE e dos dados apresentados à SESu/MEC, ainda assim, as IFES não conseguiram liberação de verbas por parte do Governo FHC para atender as demandas da Assistência Estudantil.

Em 2002, o FONAPRACE realizou levantamento em todas as IFES sobre a situação dos RU's, Moradia e Bolsas de estudos, e os resultados foram apresentados, em abril/2002, na cidade de Campo Grande/MS. Também foi discutida nesta reunião, a emenda parlamentar Assistência Estudantil no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) Projeto de Lei Nº 1.018.

Neste contexto, o FONAPRACE identificou a necessidade de atualizar os dados sobre o perfil dos estudantes de graduação das IFES na perspectiva de também atualizar o Plano Nacional de Assistência, contribuindo assim para a superação dos desafios colocados pela realidade das IFES, com a escassez de recursos e por consequência parca oferta de programas de assistência e apoio acadêmico. De acordo com a orientação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais – ANDIFES, foi elaborado o projeto para a realização da II Pesquisa, que depois de aprovado em plenárias do FONAPRACE e ANDIFES, o projeto foi encaminhado ao Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior (DEPEM) da SESu/MEC, que viabilizou os recursos necessários por meio de parcerias com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO. (Fonte: Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2007).

A II Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras foi realizada no período de novembro/2003 a março/2004 e obteve forte participação de 47 IFES, o equivalente a 88,68% do total de 53. A equipe de coordenação nacional da pesquisa contou com a participação de representantes da UFG, UFAM, UFS, UFMA, UFLA, UFMG, UFSM e UFPR. O planejamento, acompanhamento e elaboração do relatório tiveram a participação efetiva dos representantes da UnB, UFPB, UFG, UFU, UFSM e UFLA. Nesta pesquisa, destacou-se que 42,8% dos estudantes encontram-se nas classes C, D, E, cuja renda média familiar mensal atingia, no máximo, R\$ 927,00 e apresentavam uma situação de vulnerabilidade social. Na realidade, houve a confirmação dos dados da I Pesquisa reafirmando a importância de financiamento para a Assistência Estudantil nas IFES. Embora o índice de estudantes que se encontravam em piores condições de renda familiar não tenha se alterado, da pesquisa de 1997 para esta, houve um incremento real de 10% para 13% no total daqueles assistidos pelos programas ora existentes, indicando o esforço, ainda que tímido, das IFES em ampliar esse atendimento. Não há

dúvida, entretanto, de que houve um volume de demanda represada que deveria ser substantivamente ampliado, com a dotação crescente de recursos para tais programas. Ainda em relação à pesquisa anterior, foram acrescentados dados referentes à autodeclaração de raça e etnia, bem como acesso à informática, sendo que a captação de dados foi feita utilizando-se de recursos de leitura ótica. Segundo o professor Kleber Salgado Bandeira (UFPB), a publicação da segunda Pesquisa do Perfil Socioeconômico, em 2004, veio consolidar os resultados da primeira, com a perspectiva de novos desafios decorrentes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implementado pelo Governo Lula.

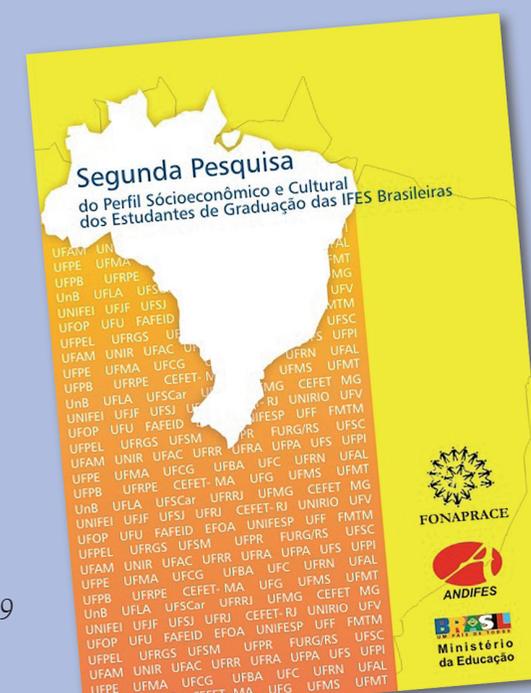


Imagem 12:
Capa da II Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras

No período de 2003 a 2010, estimulou-se o processo de reestruturação e expansão das universidades, reconhecendo-se a importância da Assistência Estudantil no contexto das IFES brasileiras.

No início de 2003, o Brasil encontrava-se em situação de desequilíbrios econômicos, financeiros, fiscais, cambiais e sociais. A ANDIFES apresentou ao Presidente Lula, em agosto de 2003, uma proposta para dobrar o número de estudantes nas universidades sem comprometer a qualidade, priorizando cursos noturnos, a formação de professores para a educação básica e a superação das desigualdades regionais. Em 2008, 53 universidades presentes em

todos os estados da federação firmaram com o Presidente e o MEC um termo de compromisso com este objetivo. (Fonte: Programa de Expansão, Excelência e Internacionalização das Universidades Federais – ANDIFES Abril, 2012).

Momentos significativos marcaram a 40ª Reunião do FONAPRACE em Rio Branco/AC, na UFAC, no período de 18 a 20 de outubro de 2006. Na ocasião, houve o lançamento e discussão do Programa Campanha de Desenvolvimento do Esporte nas Universidades Públicas Federais na presença do Dr. André Coutinho, representante do Ministério do Esporte.

Em 2007, o Plano Nacional de Assistência Estudantil foi atualizado e tornou-se meta prioritária para o FONAPRACE, sendo aprovado pela ANDIFES em julho, na cidade de Belém/PA. Este fato deu início a um processo de discussão junto ao MEC no sentido da implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil. O MEC, considerando a assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como de sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos no ensino superior, instituiu, por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, o Programa Nacional



Imagem 14: Folder de divulgação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, produzido pela ANDIFES

de Assistência Estudantil – PNAES. Este foi um grande marco na história do FONAPRACE. Uma conquista para a Assistência Estudantil nas duas décadas de existência do Fórum.



Imagem 13: Professor Álam Pimentel propondo a criação de um Programa Nacional de Bolsas Permanência.

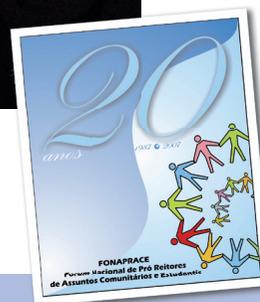
Nesta reunião, o professor Álam Pimentel (UFBA) propôs a criação de um “Programa Nacional de Bolsas Permanência”, imprescindível para viabilização de uma política de inclusão social nas universidades públicas. Tal proposta vinha ao encontro dos anseios do governo Lula, que intencionava desenvolver uma política de ampliação do acesso dos jovens de baixa condição socioeconômica ao ensino superior. Os valores para as Bolsas Permanência teriam como referência o valor da Bolsa de Iniciação Científica, sendo da mesma forma e período reajustados.



Imagem 15: Comissão organizadora da revista dos 20 anos: Rafael Magdalena (UFOP), Marcos Zanni (UFScar), Maria Célia Nogueira Lima (UFMG), Marcia Cristina Feres (CEFET/MG); e Jovina Maria de Barros Bruno (UFF).



Imagens 16 e 17: Capa da revista e lançamento do selo comemorativo dos 20 anos do FONAPRACE





Imagens 18 e 19: Plenária e Mesa de Abertura da 43ª Reunião Ordinária do FONAPRACE. Ouro Preto/MG

A 43ª reunião nacional do FONAPRACE, realizada no período de 13 a 15 de maio de 2008, na cidade de Ouro Preto – MG, foi marcada pela comemoração dos 20 anos de criação do Fórum, com o lançamento de um selo e uma revista. O anfitrião desta Reunião, Rafael Magdalena (UFOP), considera que “este Encontro Nacional do FONAPRACE foi coroado com muita alegria e satisfação em função da grande conquista, fruto desta longa trajetória marcada pela instituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.” Nesta reunião, teve destaque a palestra do Professor Edson Norberto Cáceres, então Coordenador Geral de Relações Estudantis - SESu/MEC que ressaltou a preocupação do MEC com a Assistência Estudantil. Segundo o professor, o MEC ampliaria recursos do PNAES, dos R\$ 126 milhões em 2008

para R\$ 200 milhões em 2009. Na oportunidade, esclareceu que, em 2008, houve restrição de liberação de recursos para bolsas por falta de uma legislação específica, e que este problema precisaria ser resolvido, tanto com o PNAES, quanto com o REUNI. Informou, ainda, que havia sido feita uma avaliação dos Planos de Trabalho apresentados pelas IFES e que, a partir de 2009, não seria mais necessário um grau excessivo de detalhamento das ações de assistência. A liberação dos recursos PNAES seria feita diretamente no orçamento das IFES. Na 45ª Reunião, realizada em Brasília no período de 17 a 19/junho de 2009, foi recomposto o Grupo de Trabalho (GT) para preparação da III Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, com representantes das instituições: UFRPE (Nordeste); UFSC (Sul);

UFT (Norte); UFMS (Centro-Oeste) e UFF (Sudeste). Nesta reunião, mereceu destaque o debate sobre o novo Sistema de Ingresso das IFES, via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que poderia provocar uma mudança significativa no perfil socioeconômico dos estudantes das instituições públicas, demandando grande volume de recursos para a assistência estudantil. Os representantes do MEC presentes à reunião informaram que as IFES que fizessem a adesão ao ENEM receberiam maiores aportes de recursos financeiros.

Na plenária da 46ª Reunião do FONAPRACE, realizada em Belo Horizonte, em outubro/2009 considerou-se que a meta prioritária seria a consolidação do PNAES, por meio de sua transformação em Lei Federal. Neste sentido, refletiu-se sobre a necessidade da construção de uma matriz orçamentária que pudesse garantir a continuidade dos recursos específicos à Assistência Estudantil. Assim, definiu-se que a Matriz de distribuição dos recursos PNAES deveria ser revista em função das exigências sociais e políticas, a fim de garantir a permanência dos estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica. Tinha-se em vista que o modelo vigente promovia distorções no perfil

do estudante, por estabelecer pesos diferentes entre os diversos cursos, sobretudo naqueles de maior prestígio social. A transformação social e econômica promovida pelos programas de ações afirmativas e a interiorização das universidades, demandava novas regras para definição dos investimentos em assistência estudantil. A partir desta Reunião, o FONAPRACE encaminhou à ANDIFES ofício com a proposição de alterações na matriz orçamentária, argumentando o paradigma então utilizado na Matriz de Distribuição do PNAES estava inspirado no modelo inglês de 1998, cuja validade havia sido superada, na própria Inglaterra, em 2004. (Ofício 04 FONAPRACE, de 13 de outubro/2009).

Ainda de acordo com a deliberação desta Reunião, houve a discussão e aprovação da revisão do Regimento Interno do Fórum e definiu-se sobre a necessidade da realização de uma pesquisa sobre Preços dos Restaurantes Universitários. Esta pesquisa seria feita por meio eletrônico (pela Ciranda), sendo apresentados os resultados pelo Professor Valberes Bernardo do Nascimento (UFRPE) na 47ª Reunião realizada em Brasília, nos dias 6 e 7 maio/2010. Nesta 47ª Reunião, foram realizados Grupos de Debates para discussão das diversas modalidades de As-

sistência Estudantil, nas seguintes áreas: Execução de Política de Assistência Estudantil (recursos físicos, materiais e humanos); Bolsa Permanência; Assistência à Saúde; Moradia Estudantil. A partir destas discussões iniciais, deliberou-se pela criação de Grupos de Trabalhos (GT) nas referidas temáticas.

Ainda nesta Reunião, a Regional Centro-Oeste apresentou o resultado do Seminário “O Serviço Social na Assistência Estudantil”, realizado em 05/05/2010, na sede da ANDIFES, fazendo a entrega do documento produzido pelo conjunto de Assistentes Sociais, que apontava para as seguintes propostas:

- Reposicionar a Assistência Estudantil na estrutura organizacional das IFES, considerando sua centralidade no alcance dos objetivos previstos pelo PNAES;
- Assegurar a formação de equipes multiprofissionais construídas formal e exclusivamente para o desenvolvimento da Assistência Estudantil e cuja formação respeite a proporcionalidade estudante-profissional e se dê por meio de concurso público;
- Garantir que a demanda atendida em cada IFES seja compatível com a demanda potencial;
- Estimular, em cada IFES, a criação de espaços coletivos e democráticos de construção da Política de Assistência Estudantil referenciada ética e políti-

camente pelo ideário dos direitos de cidadania, de modo a romper com a cultura da dádiva e da benesse;

- Apontar para que os estudos socioeconômicos sejam realizados com a finalidade de produção de informações, indicadores, estudos e pesquisas que favoreçam e ampliem o acesso aos serviços sociais oferecidos, rompendo com sua utilização usual, seletiva e excludente;
- Combater, rigorosamente, as contrapartidas das Bolsas Permanência que exijam dos estudantes a prestação de serviços administrativos, ressaltando que sua natureza é exclusivamente acadêmica (ensino, pesquisa e extensão), estimulando, nas IFES, o debate sobre esta questão controversa;
- Apontar para a necessidade de que o FONAPRACE institua um GT de Política de Assistência Estudantil que se responsabilize pela definição de princípios, diretrizes e metas para o fortalecimento do direito à educação pública, bem como a articulação com Institutos de Pesquisa, a exemplo do IPEA, no acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Estudantil.

Outro documento apresentado, na 47^a Reunião, foi o Relatório do “I Fórum Brasileiro de Políticas de Esportes nas IFES”, realizado no período de 15

e 16 de abril/2010 na cidade de Natal/RN, que teve como finalidade refletir sobre o cenário do desporto universitário brasileiro. As recomendações, substanciadas na “Carta de Natal sobre o Desporto Universitário Brasileiro”, foram organizadas em torno dos seguintes eixos temáticos:

- I - Produção de Conhecimento científico e formação de Recursos Humanos;
- II - Esporte Universitário, Educação, Saúde, Lazer e Qualidade de vida;
- III - Esporte Representativo nas IFES;
- IV - Diagnóstico do Esporte nas IFES;
- V - Modelo de jogos esportivos universitários.

Como decorrência desta Reunião, foram encaminhadas ao Conselho Pleno da ANDIFES (cf. Ofício 19/FONAPRACE, de 13/05/2010) as seguintes deliberações:

1. Reafirmação da importância do Programa Nacional de Assistência - PNAES (Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007), defendendo sua continuidade e seu direcionamento para uma **POLÍTICA DE ESTADO**, haja vista o papel relevante que essa política cumpre no processo educativo e formativo no ambiente universitário;
2. Proposta de criação de um espaço que reúna os

representantes dos fóruns (FONAPRACE, FORPLAD, FORGRAD e FORPROEX) para discutir e refletir de forma integradora, sobre as ações que envolvem essas áreas;

3. Defesa da necessidade de definir a co-responsabilização das IFES no processo de mobilidade discente;
4. Proposta de reformulação da Matriz ANDIFES, permitindo autonomia das IFES em definir vagas de técnico-administrativos em educação, de modo a garantir formação de equipes mínimas para elaboração e execução e todos os programas de assistência estudantil;
5. Proposta para assegurar a formação de equipes multiprofissionais, constituídas formal e exclusivamente, para o desenvolvimento da Assistência Estudantil e que essa equipe multiprofissional respeite a proporcionalidade estudante/profissional. Esses profissionais devem ser admitidos por meio de concurso público;
6. Enfatizar a necessidade de que cada IFES crie espaços coletivos e democráticos de construção da Política de Assistência referenciada ética e politicamente pelo ideário dos direitos de cidadania de modo a romper com a cultura da dádiva e da benesse;
7. Chamar a atenção dos reitores e das reitoras para a

questão do reposicionamento organizacional das estruturas administrativas responsáveis pela Assistência Estudantil que se encontram diferenciadas nas IFES, considerando a centralidade da assistência estudantil no alcance dos objetivos do PNAES;

8. Por solicitação da Secretaria Executiva da ANDIFES, o FONAPRACE apresentará, no Conselho desta Associação, o Relatório Parcial da Pesquisa do Perfil dos Estudantes dos Cursos de Gradua-

ção Presenciais das IFES. O FONAPRACE entende que essa pesquisa é compartilhada com a ANDIFES, Reitores e Reitoras e que os resultados dessa pesquisa permitirão que as IFES incrementem e avaliem as políticas de Assistência Estudantil, com indicadores quantitativos e auditáveis. Este período de efervescência de discussões e encaminhamentos culminou com um momento histórico para o FONAPRACE e para as IFES: em 19 de

julho de 2010, o presidente Lula assinou o Decreto n. 7.234, que deu força de Lei à Assistência Estudantil.

Na 48ª Reunião do FONAPRACE, realizada nos dias 27, 28 e 29 de outubro/2010, em Recife, na Ilha de Itamaracá, deliberou-se para os seguintes encaminhamentos ao Conselho Pleno da ANDIFES (cf. Ofício 003/2010-FONAPRACE, de 23 de novembro de 2010):

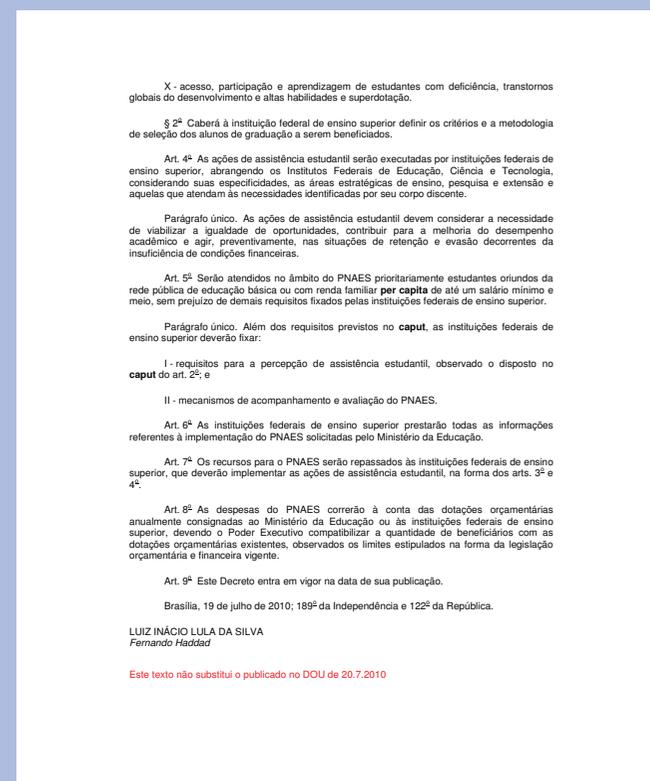
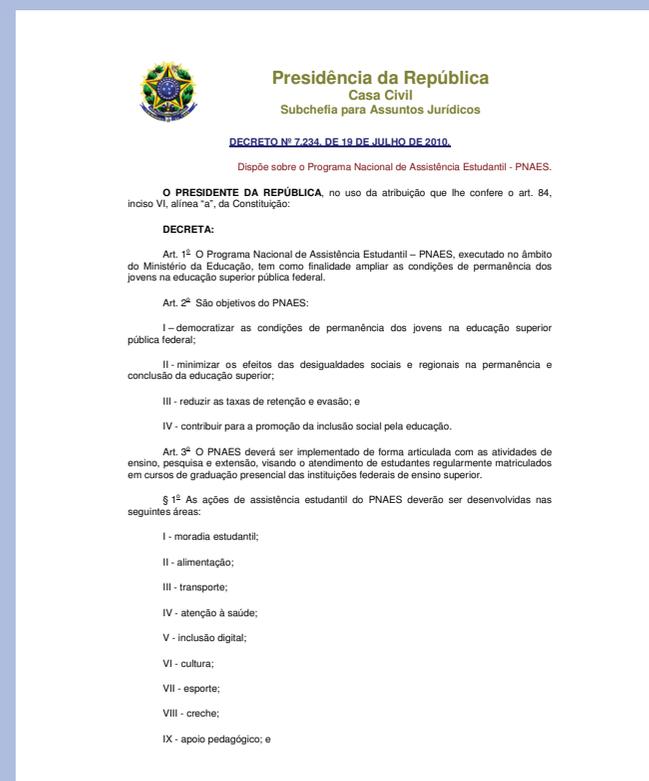
1. Ampliar o debate sobre Mobilidade Acadêmica no contexto nacional e internacional;
2. Reestruturar a matriz de distribuição orçamentária do PNAES à luz da atualização do Perfil do Estudante de Graduação Presencial das IFES com criação de Grupo de Trabalho FONAPRACE - FORPLAD;
3. Diagnosticar a situação do esporte universitário nas IFES e fazer planejamento estratégico de ações de desporto nas universidades;
4. Levar proposta aos Ministérios da Educação e do Esporte para criação de Jogos Universitários das IFES;
5. Recomendar aos gestores da assistência estudantil maior participação no planejamento institucional para destacar parte dos orçamentos

das universidades, além dos recursos do PNAES, para ações de cultura e esporte, bem como buscar parcerias junto aos Ministérios da Cultura e do Esporte;

6. Realizar reunião extraordinária do FONAPRACE em dezembro/2010 para conclusão e elaboração do Relatório Final da III Pesquisa do Perfil do Estudante.

Nesta reunião, a Coordenação Nacional do FONAPRACE recebeu a “Carta do Movimento”, documento encaminhado em 28 de outubro de 2010, pela Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (SENCE), com as seguintes reivindicações:

- A participação nos espaços de encontro do FONAPRACE;
- A viabilidade de construção de Casas Estudantis nos Campi que ainda não as possuem;;
- A construção de RU's principalmente nos Campi que ainda não os possuem;;
- Piso da Bolsa Permanência, bem como o reajuste desta na mesma proporção do salário mínimo, com distribuição para todos os estudantes que necessitem da mesma, sem contrapartida de trabalho pelo estudante;
- A participação de representantes do FONAPRACE;



PRACE nos Encontros de Casas de Estudantes. Cabe destacar ainda, como marco histórico do FONAPRACE, a realização, em 2010, da III Pesquisa Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior, que serviria de parâmetro na consolidação e transformação do PNAES em um projeto de lei. Nesta direção, foi criado o GT Pesquisa Perfil composto por representantes das instituições UFF, UFRPE, UFT, UFMS, além do consultor técnico Marcelo Tavares (UnB) e da Coordenação Nacional do FONAPRACE. Uma das atividades relevantes da coordenação da pesquisa foi a organização de um workshop de capacitação para os representantes das IFES que aplicariam a pesquisa, sob a coordenação da equipe de Tecnologia da Informação da UFMS, que elaborou e implantou o Sistema de Informação do Perfil do Estudante – SIPE –Brasil. A metodologia utilizada por este sistema possibilita a reaplicação da pesquisa em periodicidades menores, constituindo-se em uma

excepcional ferramenta de uso universal que permite efetuar levantamentos de dados, cruzamentos e mapeamentos.

Na opinião do Professor Valberes Bernardo do Nascimento, então Coordenador Nacional do FONAPRACE (2010), o sistema SIPE-Brasil, na web, foi criado originalmente com o objetivo de modernizar a execução da pesquisa do Perfil dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais. Dentre as principais características deste sistema tem-se a coleta de dados online dos estudantes pesquisados (resposta a um questionário) e, pela primeira vez, além de um relatório físico, a disponibilização de um relatório virtual interativo da pesquisa, no qual o visitante do site pode efetuar os mais diversos cruzamentos de variáveis para uma pronta obtenção de informações nacionais, regionais e também de cada universidade federal. Assim, muitas das questões abordadas no relatório físico poderiam ser aprofundadas consultando-se o relatório virtual.

A III Pesquisa foi realizada de outubro a dezembro/2010, com a participação de 56 IFES e constatou que 43,7% dos estudantes pertenciam às classes C, D e E (cerca de 300 mil estudantes). Revelou, também, que quase a metade dos estudantes das Universidades Federais pertencia às classes populares, cuja renda média familiar, segundo a ABEP, era de R\$ 1.459,00. O percentual de estudantes de raça/cor/etnia preta aumentou de 5,9% em 2004 para 8,7% em 2010. Segundo dados do Relatório, esta nova configuração era resultante, sobretudo, da institucionalização, nos últimos anos, das várias políticas de inclusão, em especial das várias moda-

lidades de ações afirmativas e também do Programa de Expansão das Universidades, sendo, porém, ainda inferior aos 50,7% apurados pelo Censo 2010 do IBGE.



Imagem 20:
Capa da III
Pesquisa do Perfil
Socioeconômico
e Cultural dos
Estudantes de
Graduação das IFES
Brasileiras

A ANDIFES realizou, no dia 3 de agosto de 2011, o seminário “Assistência Estudantil e Política de Expansão”. O encontro aconteceu na própria sede da Associação e teve como principal objetivo sistematizar uma proposta de diretrizes para a política de Estado para a expansão das universidades federais, a ser apresentada pela ANDIFES à Presidenta da República, Dilma Rousseff. Essa política deveria considerar vários fatores, dentre eles, a Assistência Estudantil. Para a construção dessas diretrizes e para os de-

bates dos diversos temas pertinentes à expansão, a ANDIFES buscava o diálogo e a participação de vários interlocutores. Neste seminário, houve a participação do Ministério da Educação, Ministério do Esporte, União Nacional dos Estudantes, parlamentares e especialistas nas diversas áreas. O seminário priorizou alguns temas relacionados à Assistência Estudantil como esporte nas universidades, assistência à saúde, recursos humanos e financiamento.



Imagem 21: Mesa de abertura do Seminário Assistência Estudantil e Política de Expansão das Universidades Federais

Na abertura do Seminário, foi apresentado o Relatório da III Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais. A pesquisa trouxe informações sobre a classificação econômica dos estudantes, sexo, raça, cor, etnia, moradia, trabalho, acesso à internet, escolaridade dos pais, dentre vários outros aspectos relevantes para Assistência Estudantil. A análise foi feita a partir de uma amostragem de 22.649 estudantes das universidades federais,

sendo coletados os dados de 19.691 estudantes. A 50ª Reunião do FONAPRACE foi realizada nos dias 17 e 18 de outubro de 2011, em Santana do Livramento na UNIPAMPA. Nesta reunião, destacaram-se as discussões para apresentação de Proposta de Diretrizes para Estruturação da atenção à Saúde dos Estudantes nas IFES, além da ampliação das reflexões sobre o financiamento da Assistência Estudantil. Na oportunidade, foi apresentada a “Carta de Maceió”, elaborada na Reunião

da Regional Norte-Nordeste, realizada nos dias 8, 9 e 10 de setembro/2011. O documento apresentado apontava os seguintes encaminhamentos ao FONAPRACE:

- Que as IFES definam metas em todas as áreas do PNAES;
- Que as IFES desenvolvam uma política nacional de atendimento de saúde do estudante universitário, respeitando os princípios do SUS e desenvolvendo ações no campo da atenção primária à saúde;
- Que as IFES implementem políticas de Esporte e Cultura na perspectiva do desenvolvimento humano com programações sistemáticas;
- Que as IFES aprofundem a discussão da existência ou não da contrapartida dos bolsistas;
- Que a Coordenação Nacional recomende ao MEC a revogação do § 4º, do art. 1º do Decreto 7416, de 30 de dezembro de 2010, que trata da impossibilidade de acúmulo de bolsas por programas oficiais, de modo a permitir que os estudantes assistidos possam acumular, também, as bolsas acadêmicas;
- Que as IFES proponham uma cota social para a mobilidade internacional no Programa Ciência

Sem Fronteira, promovendo a inclusão cultural da segunda língua e ampliando a discussão dos limites do Programa;

- Que as IFES aprofundem formas de cooperação para garantir as condições adequadas para a mobilidade nacional.

O I Seminário Nacional de Atenção à Saúde do Estudante foi organizado pelo FONAPRACE e realizado nos dias 1 e 2/03/2012, na UNIFESP. Contou com a presença de 33 IFES, representadas por 51 participantes, além de representantes do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde. Este evento foi composto por mesas de debates que trabalharam as seguintes temáticas: a importância das políticas de álcool e drogas no meio universitário, o SUS e a atenção à saúde do estudante, relatos de programas e políticas de atenção à saúde desenvolvida nas IFES. Também foram abordados os desafios e perspectivas das políticas de atenção à saúde do estudante, a fim de subsidiar o trabalho do GT Saúde, formado por representantes das IFES de todas as regiões brasileiras, composto na 50ª Reunião ordinária do FONAPRACE e recomposto durante a realização do Seminário.

No dia 02/03/2012, ocorreu a reunião ampliada do GT Saúde, que teve como objetivos trabalhar, inicialmente, quatro pontos fundamentais para se pensar em políticas de atenção à saúde do estudante: 1) definição dos profissionais que comporiam uma equipe mínima; 2) princípios e concepções de saúde, tendo o SUS como princípio norteador; 3) modalidades de execução das ações de atenção à saúde e 4) ações prioritárias no atendimento à saúde do estudante.

A 51ª Reunião, realizada nos dias 28 e 29/05/2012, teve a mesa de abertura composta pelas seguintes autoridades: a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Sr^a. Luíza Bairros, o Secretário de Ensino Superior (SESu) do, Sr. Amaro Henrique Pessoa Lins, a 2ª Vice-presidente da ANDIFES, Sr^a. Maria Lúcia Cavalli Neder, o Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), acadêmico Daniel Iliescu e o Coordenador Nacional do



Imagem 23: Mesa de abertura e plenária da 51ª Reunião do FONAPRACE (Maio/2012)



Imagem 22: Mesa de abertura do Seminário de Atenção à Saúde (Março/2012), na UNIFESP/SP

FONAPRACE, Sr. Fabricio Carvalho. A temática foi centrada no Programa de Expansão e Internacionalização das Universidades Federais, caracterizando como um grande momento histórico para o Fórum. Nesta reunião, teve destaque a mesa-redonda com o tema “Instrumentos de Avaliação do PNAES”, composta pelo Prof. Edilson Nabarro, que apresentou a experiência da UFRGS, com o objetivo de analisar o impacto do PNAES e dos benefícios sobre o rendimento acadêmico dos estudantes atendidos pelos programas de Assistência Estudantil. O Prof. Mario Resende, da UFS, também ministrante, apresentou reflexões sobre o processo de avaliação na Assistência Estu-

antil das IFES. Após a palestra, foi aberto o debate com mediação do Prof. Seme Gebara – UFMG e surgiram as seguintes propostas: criação de um GT para elaborar uma minuta a ser apresentada ao Fórum de uma pesquisa qualitativa /quantitativa de avaliação do PNAES, tendo como objetivo os eixos contidos no Decreto 7234, que instituiu o PNAES, com possibilidade do Fórum receber o apoio e assessoria do IPEA para este fim; criação de um observatório nacional para avaliação e monitoramento das ações de permanência nas IFES; elaboração de um documento síntese de informações sobre a vasta produção documental do Fórum em seus 25 anos de existência.



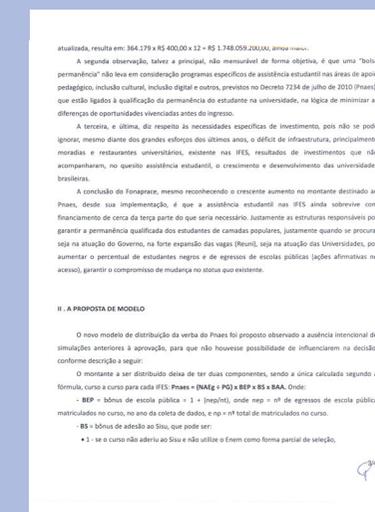
Imagem 24: Plenária final da 51ª Reunião do FONAPRACE (Maio/2012), com as presenças do Presidente e Secretário Executivo da ANDIFES

Na plenária final, a reunião contou com a presença do Presidente da ANDIFES, Prof. João Luiz Martins e do Secretário Executivo da ANDIFES, Gustavo Henrique de Sousa Bauduino. Na oportunidade, o Coordenador Nacional do FONAPRACE fez uma exposição dos trabalhos do Fórum nesta reunião, destacando a questão da recomposição dos quadros de técnicos para as áreas de Assistência Estudantil das IFES. Também solicitou apoio da ANDIFES para financiar a revista comemorativa dos 25 anos do FONAPRACE. Alertando para a problemática que envolve o financiamento das políticas de Assistência Estudantil, o Coordenador salientou o encaminhamento do FONAPRACE

à ANDIFES, de solicitação para que a Associação encaminhasse ao MEC os estudos que já apontavam para a necessidade de que sejam triplicados os recursos do PNAES para 2013, a partir dos estudos apontados pelo GT-Matriz. O Presidente da ANDIFES pontuou a relevância histórica e política do FONAPRACE, comprometendo-se com os encaminhamentos e reivindicações do Fórum. Após esta 51ª Reunião, em 12 de junho de 2012, foi encaminhado à ANDIFES o resultado do GT Matriz, que versava sobre as razões para o aumento de recursos previstos para o PNAES, bem como para a proposta de novo modelo de distribuição de recursos entre as IFES.



Ofício 015/2012/FONAPRACE encaminhado à ANDIFES em 12/06/2012



Complemento com Proposta do GT Matriz

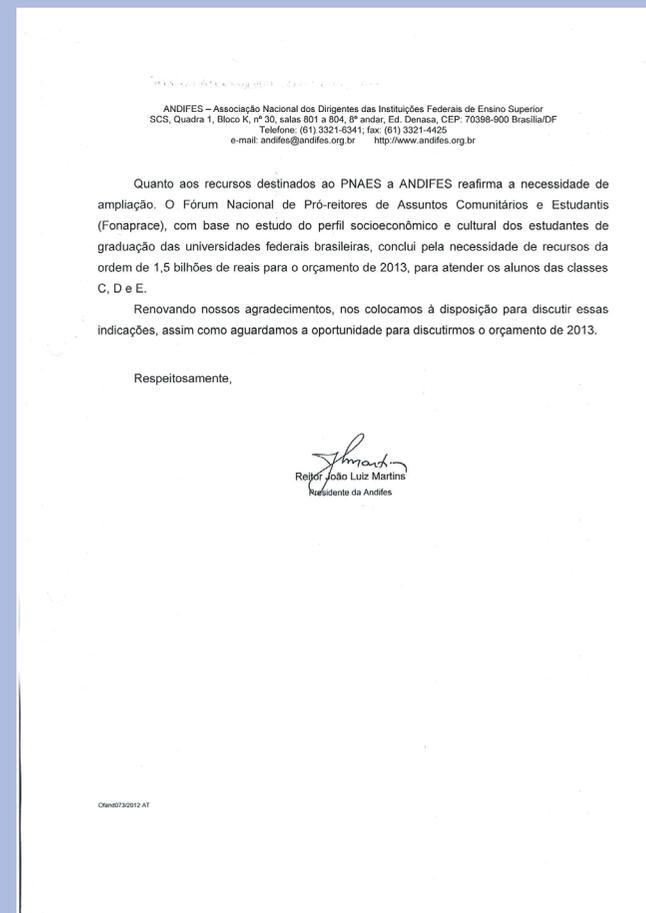
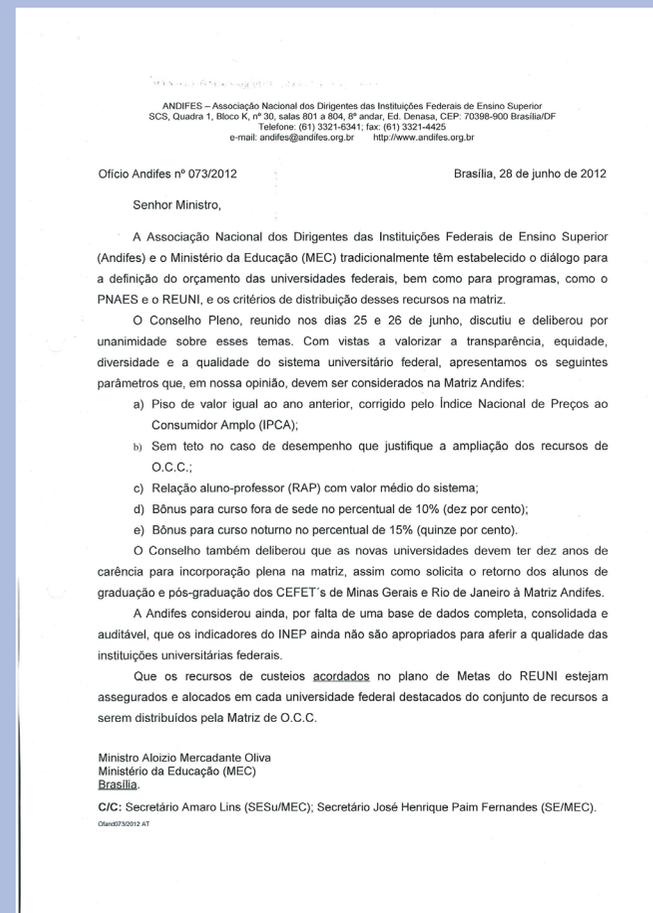
DEPOIMENTOS DOS COORDENADORES NACIONAIS (1987-2012)

Nesta seção, vamos conhecer outros aspectos da história do FONAPRACE por meio dos depoimentos e das experiências vividas pelos Coordenadores Nacionais, na trajetória dos seus 25 anos (1987-2012)



A Pró-Reitoria da Comunidade Universitária (Procom) foi assumida por mim em janeiro de 1990, na gestão do Prof. Dr. Ricardo Freud Bufaiçal (1990-1993). Nesse período, se de um lado, o País era governado pelo primeiro presidente eleito, pelo voto direto, após a ditadura militar, registrava-se, também, o início da ofensiva neoliberal no Brasil. As orientações eram direcionadas para o exercício de um Estado mínimo e redução de gastos sociais. No âmbito das Universidades brasileiras, evidenciava-se a necessidade de um maior investimento na assistência social para os estudantes. O FONAPRACE, ao ser instituído, em 1987, estabeleceu como “meta

prioritária trabalhar na sistematização de uma proposta de política de assistência aos estudantes que garanta o seu acesso e permanência assegurando-lhes meios necessários ao pleno desenvolvimento acadêmico e a conclusão do curso” (FONAPRACE/DAE/UFMG, p.1). As universidades, de modo geral, realizavam a assistência estudantil com recursos próprios oriundos das então chamadas taxas acadêmicas pagas pelos estudantes (matrículas e outras), portanto, insuficientes. A Secretaria Nacional de Casas de Estudantes já havia ocupado o espaço do Fórum e colocado as suas reivindicações para que as Universidades construíssem novas moradias estudantis. Assim, os desafios eram grandes, mas, minimizados na articulação e troca de experi-



Ofício da ANDIFES p/MEC referente a Proposta de recursos PNAES/2013: Ofício Andifes nº 073/2012 Brasília, 28 de junho de 2012

ências entre as diversas Pró-Reitorias das universidades federais no FONAPRACE. Nesse espaço, os dirigentes, entre professores e técnicos administrativos, discutiam as dificuldades e traçavam estratégias de encaminhamentos para execução em suas Unidades. Assim que, mesmo sem recursos financeiros, no início da elaboração do projeto, mas, com a vontade política do Reitor à época, foi possível a UFG construir, por administração própria, uma Casa de Estudante com capacidade para 64 moradores; assim como manter a normalidade do funcionamento do Restaurante Universitário, também por administração própria com pessoal do quadro efetivo da Universidade, dentre outros projetos como, a continuidade de apoio administrativo e assessoria técnica aos trabalhadores técnicos

administrativos, de baixa renda, na construção de um espaço de morar (Programa de Melhoria da Moradia dos funcionários da UFG), concretizado em um conjunto habitacional que, construído no processo de autoajuda, possibilitou-lhes a melhoria de condições de moradia. Assim, Coordenar o FONAPRACE foi uma experiência de engajamento em uma luta, no sentido de construir, no coletivo, uma Universidade Pública gratuita e de qualidade, que tem em seu horizonte a igualdade de oportunidades e comprometimento na construção de uma sociedade justa. Foi sentir o prazer em conviver com dirigentes de diversas áreas de conhecimento das diversas universidades federais brasileiras, do MEC e da ANDIFES, ver de perto os limites e as possibilidades. Foi muito gratificante.

Ary Monteiro do Espírito Santo – UFG
Coordenador Nacional do FONAPRACE – 1991/1992



No ano de 1994, assumi a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Goiás e pude conhecer, verdadeiramente, a instituição por dentro. Vivenciei, no FONAPRACE,

a dinâmica da luta pela democratização do ensino superior, tendo em vista a incorporação de estudantes oriundos de famílias de baixa renda, assegurando-lhes o acesso e a permanência na universidade, a partir da criação de condições objetivas de vida no espaço universitário. Assim, a necessidade de formulação de programas que desencadeassem a atenuação dos efeitos das desigualdades existentes, provocadas pela estrutura social e econômica, fortaleceu a busca cotidiana dos pró-reitores das Instituições Federais de Ensino Superior- IFES.

Em julho de 1995, fui eleita Coordenadora Nacional do FONAPRACE, tendo a Profa. Ana Maria de Mattos Juliano da UFSC como Vice-Coordenadora. Nesse espaço de um ano, a partir dos debates acerca do “Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior”, o FONAPRACE elaborou o projeto de pesquisa que foi desenvolvido em 44

das 52 IFES durante três mandatos do fórum:
1995/1996 – Coordenadora Nacional: Iara Barreto. Vice-Coordenadora: Ana Maria de Mattos Juliano.
1996/1997 – Coordenadora Nacional: Aldema Me-nine Trindade. Vice-Coordenador: Júlio Ricardo de Souza Noto.

1997/1998 – Coordenador Nacional: Carlos José de Lima. Vice-Coordenador: Mauro Portela Piña Rodrigues.

Diversas equipes somaram seus esforços e competências numa atividade científica que se vinculava à luta pela democratização das universidades federais, a partir de dados coletados e analisados por pesquisadores de altíssimo reconhecimento nacional e internacional. Foi a partir desses resultados que o FONAPRACE jogou por terra o discurso assumido pelo Ministério de Educação veiculado em todos os setores da sociedade: “nas universidades públicas só estudam os ricos”. Naquela ocasião, muitos foram os embates que compuseram o cenário: corte de recursos para os Restaurantes Universitários, Moradia Estudantil e outros benefícios para a Assistência Estudantil.

A partir de reuniões bimensais e da elaboração de documentos para reflexão, o FONOPRACE per-

correu o país semeando idéias e colhendo adesões à causa que defendia a existência de uma política para o setor, assumida e institucionalizada nas diversas instâncias administrativas. Nessa perspectiva, o grande salto qualitativo gerado pela pesquisa nacional culminou na elaboração da Política Nacional de Assistência Estudantil, que hoje conta com a adesão das Instituições de Ensino Superior estaduais. Hoje, após 45 anos dedicados à educação, afirmo que a minha estrutura como profissional-cidadã

teve o seu apogeu nesses quatro anos vivenciados no FONAPRACE. Ampliei o meu olhar e identifiquei, com clareza, a interface do pedagógico com o social.

Concluo, parafraseando Bertold Brecht: “Um sonho que se sonha só, é só um sonho. Um sonho que se sonha junto, é Realidade”.

Muito obrigada a todos com os quais convivi e que muito me ensinaram na qualidade de estudantes, funcionários técnico-administrativos e professores.

Iara Barreto – UFG

Coordenadora Nacional do FONAPRACE - 1995/1999



As Universidades Públicas devem incorporar estudantes oriundos de todas as classes sociais, principalmente aqueles procedentes de famílias com menor renda.

Mesmo que esta missão já seja realidade com o projeto REUNI, não basta, apenas, assegurar o ingresso: é preciso garantir condições para a criação de condições reais de permanência de todos os alunos na Universidade para a conclusão do cur-

so escolhido, através da formulação de programas que busquem diminuir os efeitos das desigualdades existentes provocadas pelas condições sociais e econômicas.

No seu processo de democratização, a Universidade brasileira deve ter o compromisso de formar cidadãos altamente qualificados e comprometidos com a sociedade e com a sua transformação, devendo, para tanto, oferecer a todos que nela ingressam idênticas condições para o desenvolvimento de um trabalho educativo e consequente.

Enquanto membro, por oito anos e Coordenador Nacional do FONAPRACE, por dois períodos, tive a oportunidade de participar de debates e pesquisas e das articulações junto aos organismos governamentais e parlamentares, na busca de apoio na luta em busca de uma política de estado voltada para ações, que contribuam para o fortalecimento da política de assistência nas universidades públicas brasileiras.

Já não me encontro diretamente envolvido nas unidades de assistência da UFRN, mas quando converso com nossa Reitora e/ou com os atuais administradores da área, consigo identificar uma política diferente do Governo Federal que permite o estabelecimento de condições satisfatórias para o trabalho de assistência à comunidade universitária, tanto sob o ponto de vista qualitativo como quantitativo. Em decorrência, mais estudantes carentes estão sendo assistidos com moradia, alimentação, programas de bolsas e saúde, e diferentes programas voltados à comunidade universitária em geral

que mostram vitalidade.

Portanto, sinto que VALEU A PENA. Valeu a pena a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis; a luta e a insistência dos seus primeiros dirigentes que não desanimaram a despeito de não serem recebidos ou de não obterem respostas para os pleitos apresentados; a persistência de todos que compõem a história do FONAPRACE e que com os resultados das pesquisas bateram às portas do Ministério, do Congresso Nacional na busca de apoio; o apoio dos nossos (as) Reitores que demonstraram sensibilidade e que conjuntamente, através da ANDIFES, lutaram na busca de uma política de estado voltada para ações governamentais, que contribuam para o fortalecimento da política de assistência nas universidades públicas brasileiras.

Hoje, sinto que avançamos, como resultado de uma ação coletiva permanente e organizada.

Aos que são protagonistas dessa luta nosso apoio e incentivo. Parabéns amigos e amigas do FONAPRACE.

Carlos José de Lima – UFRN

Coordenador Nacional do FONAPRACE -

1997/1998 - 1998/1999



Antes de tudo, gostaria de destacar o trabalho dos colegas que, lá em 1984, deram início às discussões sobre Assistência Estudantil – AE nas Universidades Federais, que se configuraria, em

1987, na criação do FONAPRACE. Sinto-me honrado em colaborar com a revista que retrata os 25 anos do Fórum e, assim, vou me reportar ao período em que estive junto com o parceiro Kleber Salgado Bandeira da Coordenação Nacional entre os anos de 1999 e 2000.

Propusemos, num primeiro momento, que as reuniões do fórum predominantemente ocorressem em Brasília. Dessa forma, procuramos o então presidente da ANDIFES, Prof. Rodolfo Pinto da Luz, que disponibilizou de imediato a sede da entidade para o FONAPRACE, que por este caminho aproximou-se um pouco mais dos Reitores.

Percebia-se claramente o esforço de cada representante no Fórum para manter a AE em suas Instituições, com escassos recursos e muitas vezes dependente da sensibilidade dos gestores. Dentro das IFES, nem todos comungavam a favor da AE, sobretudo, com a leitura de que AE

era um gasto impactante para as Universidades. Criamos então uma espécie de lema “Assistência Estudantil: uma questão de investimento” que associado aos dados da pesquisa do Perfil socioeconômico de 1997, produziu-se um documento de apresentação do FONAPRACE que levava o nome do lema supracitado.

Com este documento, fomos até os demais Fóruns de pró-reitores e peregrinamos pelos gabinetes da Capital Federal (legislativos e executivos) buscando apoio para o atendimento aos estudantes, principalmente, os de baixa renda. Fomos recebidos, inclusive, pelo Vice-Presidente da República Marco Maciel que, quando foi ministro da Educação em 1985, tinha em seu Ministério o Departamento de Assistência ao Estudante.

“Convocamos” a União Nacional de Estudantes – UNE e a SENCE – Secretaria Nacional de casas de Estudantes para juntos demarcar um espaço consistente para AE. Foi muito importante, no ano de 2000, o FONAPRACE ter conseguido a inclusão da AE no Plano Nacional de Educação – PNE, que vinha sendo preparado pelo governo Federal.

Pensando em dar mais visibilidade à AE, criamos o Jornal do FONAPRACE, sugerido e organizado

competentemente pelo colega da UFRN, Carlos José de Lima (Bola), publicando a primeira tiragem em novembro de 1999. A esta altura, entendemos que já se tinha elementos suficientes para propor algo mais concreto. Então, os participantes do Fórum debruçaram-se sobre todos os documentos produzidos até então, para assim, ao final de 2000, apresentarmos a primeira minuta de um Plano Nacional de Assistência Estudantil. Falar sobre a importância do FONAPRACE para AE nas IFES precisaria de mais um quarto de século, no entanto, é importante destacar que vários Insti-



Assumi o Decanato de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília em novembro de 1997, estava então com 30 anos recém completos.

Nova, cheia de garra e muita vontade de fazer, cometi, por inexperiência e ansiedade, certas indelicadezas na minha primeira reunião do FONAPRACE em Santa Catarina. Mas

tutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, recentemente criados e preocupados em organizar a AE, estão utilizando como referência documentos produzidos no FONAPRACE e nas Universidades nesses 25 anos.

Então é isso! Gostaria de agradecer profundamente a todos os representantes das IFES e aos coordenadores regionais daquele momento, sem os quais pouco faria. Dessa forma, espero ter colaborado com mais esta oportuna e brilhante idéia do FONAPRACE em não deixar se perder no tempo uma história de muita luta na Assistência Estudantil.

José Leonel da Luz Antunez – UFPel
Coordenador Nacional do FONAPRACE - 1999/2000

também, desde aquele momento, fiz amizades sinceras que cultivo até hoje. Naquela época, o Fórum estava em um momento de auto comiseração. As reuniões eram quase como uma terapia de grupo onde muitos reclamavam que não eram respeitados nas instituições e que as ações não eram consideradas estratégicas pelos reitores. Os assuntos do FONAPRACE sempre foram os que mais causavam dor de cabeça nas instituições, ou seja, os res-

taurantes universitários, as bolsas de permanência e os alojamentos estudantis.

Resolvemos mudar este quadro e começamos a agir de forma estratégica e profissional. Da reunião de Santa Catarina, já saímos com uma agenda cheia que culminou logo no evento: “I Seminário Nacional sobre Estudantes Estrangeiros nas Instituições de Ensino Superior” (1998). O FONAPRACE organizou a atividade no Itamaraty em Brasília, e convidou o FAUBAI e o FORGRAD. Começamos, a partir daí, a integrar outros espaços como a comissão de seleção de estudantes do PEC-G, onde atuamos nas mudanças das normas de seleção destes alunos e mostramos que, apesar da legislação não prever assistência, na realidade, estes alunos também demandavam muita atenção da assistência estudantil nas nossas IFES.

Nossas ações se intensificaram e começamos a discutir a inclusão de recursos para a assistência es-

tudantil no Plano Nacional de Educação. Começamos a fazer reuniões estratégicas em Brasília, onde sempre tínhamos pauta no Congresso Nacional e no MEC. Iniciamos uma agenda de reuniões no MEC e demos início à “II Pesquisa do Perfil Sócio-econômico e Cultural dos alunos de graduação das IFES” (2003/2004), onde mapeamos a realidade da demanda por assistência estudantil. Conseguimos mostrar que assistência estudantil era investimento estratégico para minimizar os impactos na evasão e retenção. Durante meu período de participação no FONAPRACE, assumi algumas funções como secretária do centro-oeste, vice-coordenadora e Coordenadora Nacional. Foi um momento muito feliz onde tivemos a oportunidade de unir esforços e conseguimos dar as bases do que veio a ser instituído como o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Thérèse Hofmann Gatti – UnB
Coordenadora Nacional do FONAPRACE -
2000/2001 - 2002/2003 - 2004/2005



Parabenizo a todos os companheiros que participaram e participam da história dos 25 anos do FONAPRACE, incluindo as representações estudantis da União Nacional dos Estudantes (UNE) e

Secretaria Nacional das Casas do Estudante (SENCE), em particular ao amigo Prof. Arivaldo Montalvão Filho (in memoriam) que, desde a década de noventa, teve uma atuação fundamental em prol da Assistência Estudantil.

Iniciei minha participação neste Fórum, no II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários realizado em Belo Horizonte, nos dias 26 e 27 de agosto de 1987. Foi um início muito difícil, só lamentações, sem perspectiva para o futuro. Nas IFES, as ações relacionadas à Assistência Estudantil se resumiam a Restaurantes e Residências Universitárias sucateados, e Bolsas de Estudos insuficientes. Aproveitando os dados da 1ª Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das IFES, o Coordenador Nacional

na época, Prof. Leonel Antunez, apresentou a ideia para elaboração de um documento com a finalidade de mostrar à ANDIFES, MEC e Congresso Nacional, que Assistência Estudantil nas IFES não é Custo e Sim Uma Questão de Investimento.

Foi a partir deste momento que o FONAPRACE iniciou nova estratégia de trabalho em conjunto com a ANDIFES, que culminou com a elaboração do Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das IFES, e a realização da 2ª e 3ª Pesquisas do perfil Sócioeconômico, que foram documentos essenciais para a Presidência da República, em 19 de julho de 2010, criar o Decreto Nº 7234, do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Nestes 25 Anos de trabalho e luta do FONAPRACE, todos os seus integrantes tiveram uma participação efetiva e igualitária de trabalho, independente de terem assumidos cargos na Coordenação Nacional ou nas Regionais. Agradecimentos a todos os nossos familiares pelo apoio incondicional à nossa luta. Somos felizes por fazer parte dessa história.

Prof. Kleber Salgado Bandeira – UFPB
Coordenador Nacional do FONAPRACE -
2001/2002 - 2003/2004 - 2005/2006



Estar na coordenação do FONAPRACE no período de definições de políticas públicas, visando à inclusão e permanência dos estudantes das universidades públicas, e saber que o FONAPRACE teve papel fundamental nessas discussões, me dá a

certeza de missão cumprida. É importante salientar que a história do FONAPRACE só é possível com o compromisso e o fortalecimento daqueles que acreditam e investem na democratização do acesso ao ensino superior e em políticas de permanência para os estudantes nas IFES.

Corina Martins Espíndola – UFSC
Coordenadora Nacional do FONAPRACE – 2006/2007



Pró-Reitores e Coordenadores responsáveis pela assistência estudantil das IFES Brasileiras lutam ferrenhamente na tentativa de alcançar várias metas dentro do Fórum Nacional de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE – Órgão Assessor da Andifes. Entre tantas metas, é de fundamental importância para as IFES, a composição/recomposição de recursos humanos para a assistência estudantil, incluindo assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e técnicos administrativos, bem como estender a criação de Pró-Reitorias específicas para a assistência estudantil em todas

as IFES brasileiras. Faz-se necessário também a elaboração de políticas enérgicas de prevenção e combate ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Quanto aos Restaurantes Universitários e às Residências Universitárias, estes continuam sendo de suma importância para as IFES, pois entendo essas estruturas como ferramentas pedagógicas indispensáveis para a garantia da permanência e a equidade entre as diferentes classes sociais dentro das Universidades Brasileiras. A página do FONAPRACE na internet deve conter um mapeamento detalhado de todos os programas de assistência estudantil praticados nas IFES, incluindo suas respectivas resoluções.

Antônio Gláucio de Sousa Gomes – UFCG
Coordenador Nacional do FONAPRACE – 2007/2008



Falar no FONAPRACE é falar sobre uma coordenação nacional feita realmente por várias mãos. Iniciada na 44ª reunião do fórum em Manaus, ocorrida de 14 a 17 de outubro de 2008 na UFAM, e coordenada pela Aurora. Lutamos em conjunto nas questões do PNAES e nas incertezas do REUNI, avançando nas definições da nossa busca na criação de um Sistema Nacional de Avaliação do Perfil Socioeconômico do Estudantes das IFES brasileiras, com a participação de todos, tendo como núcleo a UFMS. Foi maravilhoso contar com o Álamo Pimentel da UFBA; Alberto Damasceno da UFPA; mais tarde,

Claudio Amante da UFSC; No Norte com Aurora da UFAM e Ricardo da UNIR; nordeste com Valberes da UFRPE e Fernando Aécio da UFPI; centro oeste com Luiz Fabricio da UFMT e Sandra Maria da UFMS; na Sudeste com Jovina UFF e Herlon da UFVJM e na regional Sul com Luiz Laurino da FURG e Enilde da UFPR. Fomos todos coordenadores das mesmas angústias, dos mesmos sonhos e da mesma garra, cada um cercado pelas diferenças regionais, no entanto, todos iguais quando se tratou de sermos cuidadores daqueles que, apesar de inúmeras carências, são dignos de todos os cuidados e do investimento que é de todos. Abraços do Juca!

José Francisco Silva Dias – UFSM
Coordenador Nacional do FONAPRACE – 2008/2009



A celebração de 25 anos do FONAPRACE é a conquista de todos e todas que têm se dedicado à assistência estudantil ao longo desses anos e das ações políticas que o FONAPRACE tem diligen-

ciado junto à ANDIFES para o aprimoramento da assistência estudantil de forma universal, como um direito social do estudante universitário.

Agradeço aos companheiros de Coordenação Nacional Arivaldo Montalvão Filho, in memoriam, e Cláudio José Amante pelo compromisso e fidelidade na condução do FONAPRACE de outubro de 2009 a outubro de 2010, quando se organizaram a 47ª Reunião Ordinária do FONAPRACE – Assistência Estudantil no Contexto da Expansão e da Reestru-

turação das Instituições Federais de Ensino Superior e a 48ª Reunião Ordinária do FONAPRACE – Demandas Atuais da Assistência Estudantil: Mobilidade Acadêmica, Saúde e Esporte Universitário, nas quais os debates acadêmicos foram balizadores para nossas futuras ações. Nesse período, uma comissão nacional conduziu a pesquisa do Perfil dos Estudantes dos Cursos de Graduação Presenciais das Instituições Federais de Ensino Superior. Outra importante contribuição dessa coordenação foi resgatar a relevância política do FONAPRACE junto à ANDIFES como um fórum tão importante para construção do projeto de universidade pública, gratuita e de qualidade que defendemos. Parabéns ao FONAPRACE!

Parabéns a todos nós!

Rachel Nunes da Cunha – UnB
Coordenadora Nacional do FONAPRACE - 2009/2010



O Plano Nacional de Assistência Estudantil foi formulado pelo FONAPRACE a partir do conhecimento do perfil dos estudantes das Universidades Federais e de estudos e debates ocorridos no

âmbito daquele Fórum, bem como da mobilização de estudantes e de outros setores da comunidade universitária. Sua primeira versão foi publicada em outubro de 1998, tendo como alicerce a primeira pesquisa do perfil socioeconômico do estudante de graduação presencial das Universidades Federais de 1997.

Em 19 de julho de 2010, por meio do Decreto Nº 7234 da Presidência da República, o PNAES foi consolidado como programa de estado e instituído no âmbito do Ministério da Educação – MEC. O plano subsidiou a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Considerando a hegemonia das Universidades Federais no cenário nacional, no que se refere à produção científica e a qualidade do ensino, torna-se imprescindível conhecer o perfil do estudante das federais para a fundamentação e contínua atualização do PNAES. A pesquisa do perfil socioeconômico do estudante de graduação presencial das Universidades Federais tem por fim conhecer o nosso alunado e buscar indicadores para formular políticas de equidade, acesso e assistência estudantil, essenciais no contexto da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e assim fundamentar esforços para garantir a permanência de todos os estudantes, viabilizando a conclusão de seus cursos agindo preventivamente nas situações de retenção e evasão.

O PNAES é, pois, de importância estratégica para diminuir a retenção e garantir condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Valberes Bernardo do Nascimento – UFRPE
Coordenador Nacional do FONAPRACE – 2010/2011



Estar à frente da Coordenação Nacional do FONAPRACE tem sido um imenso prazer para mim. Inicialmente, aproveitei a oportunidade para agradecer àqueles que me confiaram essa responsabilidade. Tenho buscado respondê-la da melhor maneira possível, sempre seguindo os princípios que regem este fórum e jamais deixando de acreditar em nosso trabalho como agentes da educação superior de nosso país. Historicamente, o FONAPRACE é marcado pela força e persistência daqueles que sempre acreditaram na educação e no desenvolvimento de uma universidade brasileira de qualidade e que reconhece e valoriza seu principal ator: o estudante. O comprometimento e a seriedade sempre foram marcas deste grupo. Várias pessoas passaram pelo fórum, muitas, felizmente, tive o prazer de conhecer e conviver. Cada um deixou sua contribuição única e de inestimável valor. Meu

agradecimento àqueles que passaram, acreditaram e construíram ativa e incansavelmente esse fórum. Garantir a permanência qualitativa de nosso estudante, os diálogos possíveis e a busca pelo estreitamento permanente com a ANDIFES, o Ministério da Educação, as entidades estudantis e demais órgãos envolvidos com nosso trabalho sempre foi meu compromisso. Acredito que somente um espaço democrático, em que todos os envolvidos almejam um fim comum, é capaz de conquistas, tais como as que temos presenciado nos últimos anos. Agradeço àqueles que ao meu lado têm me ajudado nessa condução. Em especial, a Luiz Leduino de Salles Neto, Pró-Reitor de Assuntos Estudantis da UNIFESP, vice-coordenador do fórum nessa gestão e grande parceiro. Nossa interlocução com as entidades que nos apoiam, regem e incentivam foram sempre muito qualificadas. Meu reconhecimento e agradecimento, no Ministério da Educação, a Lucas Ramalho, Coordenador de Relações Estudantis – DIFES/SESU, que sempre nos acompanha e orienta com o zelo de quem já esteve do lado de lá, no movimento estudantil. Sem o apoio da ANDIFES, as ações do fórum seriam, certamente, de menor intensidade. Passei por dois presiden-

tes: Prof. Dr. João Luiz Martins e nosso atual, Prof. Dr. Carlos Edilson de Almeida Maneschi. A eles e a Gustavo Balduino, secretário executivo da casa, também nosso incentivador, muito obrigado. Um registro especial à Prof^a Dr^a Maria Lúcia Cavalli Neder, reitora da universidade da qual faço parte, a UFMT, que, quando informei que fora convidado por todas as regionais a coordenar o FONAPRACE, me incentivou garantido apoio político e pessoal na empreitada. Vejo a assistência estudantil passar por um momento inédito no Brasil. A criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), resultado de grandes esforços e uma árdua luta do FONAPRACE, mostra-nos um antes e um depois. Hoje temos condição de oferecer ao nosso estudante ações que auxiliarão significativamente em sua formação, que é técnica, profissional, mas que, também e, sobretudo, é uma formação para a vida! Ainda esbarramos em várias dificuldades, claro, mas não tenho dúvidas de que vale a pena. Tudo que avançamos em todos esses anos é extremamente valioso, mas não podemos parar por aqui. É preciso dar à assistência estudantil seu devido reconhecimento e lugar. Precisamos cada vez mais

nos comprometer com a qualidade do ensino superior oferecido em nossas universidades e irmos em busca das condições necessárias para que isso continue acontecendo.

Que possamos continuar batalhando pela ampliação de recursos financeiros, pelo aumento de pessoal em nossos quadros, por melhorias de condições para exercermos (técnicos e gestores) nossas funções, pelo compromisso com a inclusão social e o respeito às características de nosso país, tão belo e diverso.

Neste momento festivo, parablenzo o FONAPRACE pelos 25 anos, desejando que tantos outros anos de trabalho e conquistas estejam por vir. E para finalizar, tomo emprestado e deixo que as palavras de Cora Coralina possam falar por mim:

*“... recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras e faz doces.
Recomeça.
Faz de tua vida mesquinha
um poema.
E viverás no coração dos jovens
e na memória das gerações que hão de vir...”*

Fabricio Carvalho – UFMT
Coordenador Nacional do FONAPRACE - 2011/2012

O FONAPRACE E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM 2012: quem somos, onde chegamos e o que queremos

O FONAPRACE chegou aos 25 anos como um coletivo que congrega representantes das 59 IFES com a participação das cinco regionais: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, que brilhantemente articulam as universidades federais em um país de dimensões continentais.

Sua criação, no final da década de 1980, é marcada pelo momento histórico de redemocratização do país. Na década de 1990, seus representantes lutaram contra a ofensiva neoliberal do Governo Fernando Henrique Cardoso. No período de 2003-2010, em articulação com o movimento estudantil, representado pela UNE, e com o apoio do Governo Lula, conseguiu organizar dados dos estudantes das IFES por meio de duas pesquisas que subsidiaram a definição dos indicadores socioeconômicos que fortaleceram o processo de aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, culminando

na aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES em dezembro de 2007. As IFES demonstraram eficiência ao ampliar a Assistência Estudantil nas áreas do PNAES, o que possibilitou ao Governo Lula aprovar o Decreto nº 7234 em Julho de 2010, dando um grande passo para que o PNAES saísse da dimensão de política de governo para política de Estado.

A luta em prol da Assistência Estudantil continua no Governo Dilma, buscando a consolidação do PNAES enquanto Lei Federal e a ampliação de recursos materiais, humanos e de infra-estrutura. Trata-se de um processo contínuo de ações e políticas que promovam, não somente a democratização do acesso ao ensino superior, mas também a permanência e conclusão dos cursos aos estudantes de baixa condição socioeconômica.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil, elaborado pelo FONAPRACE e aprovado pela ANDIFES em julho de 2007, definiu conceitos, base legal, princípios, objetivos, diretrizes, áreas estratégicas e acompanhamento para a Assistência Estudantil nas IFES, a saber:

Política de Assistência Estudantil

A política de Assistência Estudantil “é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida”, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

A Assistente Social Maria de Fátima Oliveira (UFU)

reforça que “a Assistência Estudantil nas IFES Brasileiras deve ser entendida como uma política essencial no contexto da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Isto porque a perspectiva de inclusão social possibilita aos estudantes de baixa condição socioeconômica a participação nas atividades acadêmicas em condições de igualdade aos demais estudantes, na medida em que o atendimento das necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte são oferecidos enquanto assistência básica na dimensão dos direitos sociais”.

Assistência Estudantil: política essencial na articulação entre o ensino, pesquisa e extensão



Imagem 25: Figura explicativa do Conceito da Política de Assistência Estudantil, segundo a Equipe da Divisão de Assistência ao Estudante/UFU

Ainda, segundo Maria de Fátima, diante da complexidade das necessidades do ser humano, a Política de Assistência Estudantil no contexto do ensino superior não pode atender apenas às necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte. Por isso, a perspectiva de formação ampliada

dos estudantes deve possibilitar o desenvolvimento de ações, prioritariamente para estudantes de baixa condição socioeconômica, e também de caráter universal por meio de Programas e Projetos de Atenção à Saúde Física e Mental; Incentivo à Formação de Cidadania e à Cultura; Esporte e Lazer;

Acessibilidade, Inclusão Digital, Ensino de Línguas Estrangeiras e Apoio Pedagógico visando a redução das reprovações e evasão escolar. Todas essas ações devem fazer parte da Assistência Estudantil no contexto universitário, a fim de colaborar com a formação ampliada dos estudantes, no despertar da consciência crítica e cidadã, para além da sua formação técnica e profissional. Por outro lado a política de assistência estudantil possibilita aos estudantes atendidos e aos técnicos da área realizar estudos e pesquisas na perspectiva de *produção de conhecimentos*, abrindo

espaço para novas linguagens acerca da avaliação continuada dos programas e projetos de assistência estudantil, bem como reforçar a proposta de melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão comprometida com a universidade pública, gratuita e de qualidade. É importante considerar que, tanto as ações de assistência básica, quanto as ações de assistência ampliada, são articuladas com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando, fundamentalmente, a *melhoria do desempenho acadêmico* e a *qualidade de vida* do estudante no contexto da educação superior.

Base Legal para a formulação da política de assistência estudantil

A Constituição Federal de 1988 consagra a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, *caput*) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 20/12/96, contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destaca o “Art. 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;...”. A LDB, determina ainda que “a educação

deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (Lei n. 9.394, de 29/12/96, artigo 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI). O Plano Nacional de Educação, aprovado em 10 de janeiro de 2001, atendendo a uma reivindicação direta do FONAPRACE, determina: “a adoção de programas de assistência estudantil tais como bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico”.

A Lei 10.861, de 14 de Abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), afirma que a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre as quais, e em caráter obrigatório, a responsabilidade social da instituição com relação à inclusão social e às políticas de atendimento a estudantes e egressos (IX dimensão). Destaca-se ainda o Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, em seu Art 1º “tem por objetivo criar condições para ampliação de acesso e permanência na Educação Superior...; e em seu Art 2º, item V,a afirmativa de que o Programa terá as

seguintes diretrizes, dentre outras: ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil. José Leonel da Luz Antunez e Carmen de Fátima de Mattos do Nascimento (UFPel) avaliam que “o FONAPRACE impulsionou seus pleitos em prol da Assistência Estudantil por meio da adequação de documentos e fundamentação em mais duas pesquisas. Dessa forma chegou à proposta do Plano Nacional de Assistência Estudantil, em julho de 2007, que, somado ao Plano apresentado pela AN-DIFES, deu base para a Portaria nº 39 do MEC de 12/12/2007, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assina o Decreto nº 7.234 em 19/07/2010 – oficializando o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, na perspectiva de Política de Estado e não apenas de Governo”.

É importante ressaltar que a base legal leva à reflexão e à revisão das práticas institucionais. Cabe as IFES assumirem a Assistência Estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador.

“Neste contexto, sobre as universidades, podemos dizer que, genericamente, sem perder de vista as experiências e iniciativas diferenciadas, a assistência deve ser entendida como um espaço de ações educativas e de construção do conhecimento, e considerada no plano institucional-orçamentário das IFES, uma questão de investimento, garantindo recursos para a sua execução. É fundamental articular as ações ao processo educativo. Para que a universidade brasileira forme cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade e com a sua transformação, deve assumir

PRINCÍPIOS

O Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das IFES rege-se pelos seguintes princípios:

- 1) afirmação da educação superior como uma política de Estado;
- 2) gratuidade do ensino;
- 3) igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão de curso nas IFES;
- 4) formação ampliada na sustentação do pleno de-

as questões sociais no seu cotidiano, tornando-se espaço de vivência e cidadania.

Outrossim, a Política Social de Assistência Estudantil nas IFES, como parte do processo educativo, deverá articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Permeiar essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação Universidade e Sociedade. Inserir-na na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado.”

(Plano Nacional de Assistência, FONAPRACE, Julho/2007, p-.5-6)

- 5) garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- 6) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- 7) orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania;
- 8) defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos;

9) pluralismo de idéias e reconhecimento da liberdade como valor ético central.

OBJETIVOS

Geral:

- garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, destinando recursos para a Assistência Estudantil na matriz orçamentária anual das Instituições Federais de Ensino Superior.

Específicos:

- viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna;
- promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino;
- contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão;

- adequar os programas e projetos articulados e integrados ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico;
- promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico;
- desenvolver parcerias com a representação estudantil, a área acadêmica e a sociedade civil, para implantação de projetos.

DIRETRIZES

- realização de pesquisa a cada 4 anos para atualização do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES;
- redimensionar as ações desenvolvidas pelas instituições e consolidar programas e projetos, nas IFES, relacionados ao atendimento às necessidades apontadas nas pesquisas sobre o perfil do estudante de graduação, a partir das áreas estratégicas e linhas temáticas definidas;
- consolidar a expansão de um sistema de infor-

- mações sobre assistência ao estudante nas IFES, por meio da implantação de um banco de dados nacional;
- definir um sistema de avaliação dos programas e projetos de assistência estudantil por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitati-

- vos para análise das relações entre assistência e evasão, assistência e rendimento acadêmico;
- viabilizar por meio das IFES uma estrutura organizacional, em nível de Pró-Reitoria com as finalidades específicas de definir e gerenciar os programas e projetos de assistência estudantil.

ÁREAS ESTRATÉGICAS

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
Permanência	- Moradia - Alimentação - Saúde (física e mental) - Transporte - Creche - Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais.	- Assuntos Estudantis - Ensino - Pesquisa - Extensão
Desempenho Acadêmico	- Bolsas - Estágios remunerados - Ensino de Línguas - Inclusão Digital - e - Fomento à participação político-acadêmica. - Acompanhamento psico-pedagógico.	- Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão. - Públicos com órgãos públicos e entidades com fins sociais.
Cultura, Lazer e Esporte	- Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais - Acesso a ações de educação, esportiva, recreativa e de lazer.	- Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura. Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil.
Assuntos da Juventude	- Orientação profissional, sobre mercado de trabalho. - Prevenção a fatores de risco - Meio ambiente - Política, Ética e Cidadania - Saúde, Sexualidade e - Dependência Química.	- Assuntos Estudantis - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil.

ACOMPANHAMENTO

Historicamente, as IFES têm desenvolvido suas atividades de assistência estudantil, a partir das demandas apresentadas pelos estudantes.

A Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural indicou parâmetros para definir melhor os programas e projetos a serem desenvolvidos nas instituições.

No bojo das análises dos dados coletados, observa-se a necessidade de adequar a oferta de serviços em qualidade e quantidade, com relação à demanda. Associa-se a esse contexto, a necessidade de estabelecer uma metodologia de acompanhamento e avaliação da assistência praticada e qualificar as ações desenvolvidas para a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário dos serviços.

A avaliação dos programas e projetos institucionais destinados aos estudantes deverá ser realizada pela Instituição, com a participação dos discentes e demais Pró-Reitorias, subsidiando os trabalhos do FONAPRACE na avaliação permanente do Plano Nacional de Assistência.

As avaliações institucionais deverão contemplar, entre outros, os seguintes pontos:

- relação oferta/ demanda;
- desempenho acadêmico do estudante;
- mecanismo de avaliação continuada da assistência estudantil;

Para isso, as Instituições deverão:

- estabelecer indicadores para pontuar a oferta dos serviços em relação ao atendimento à demanda;
- avaliar a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário da assistência, estabelecendo uma rede de informações entre Pró-Reitorias, departamentos de administração acadêmica e colegiados de cursos;
- identificar a dinâmica do uso de serviços de complementação da vida acadêmica pelos estudantes usuários dos programas e projetos (bibliotecas, videotecas, eventos culturais e apresentação de projetos de pesquisa e extensão).

Para colaborar na definição de uma metodologia que atenda às necessidades e exigências propostas, o Fórum buscará consultoria especializada em metodologia de avaliação.

Principais desafios na Assistência Estudantil

Em resposta ao Ofício CIRC-SE/ANDIFES nº 116/2010, de 12 de agosto de 2010, o FONAPRACE apresenta temas relevantes para subsidiar a ANDIFES na elaboração do Planejamento Estratégico. A proposta foi discutida na Ciranda e a partir das sugestões e das deliberações da Reunião das Regionais Norte e Nordeste do FONAPRACE, realizada em Palmas/TO, definiu-se os **Dez Temas**, que são considerados desafios atuais, a saber:

(1) Composição e recomposição das equipes de profissionais para operacionalizar as ações da Política de Assistência Estudantil nas IFES, por exemplo, aumento do quadro de assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, técnicos educacionais e técnicos-administrativos;

(2) Fortalecimento da assistência estudantil a partir da relevância das Pró-reitorias de Assuntos Estudantis e Comunitários, com vistas à criação de pró-reitorias específicas em todas as IFES de forma uniforme no que concerne à estrutura administrativa;

(3) Implantação e ampliação de Políticas de promoção e de assistência integral à saúde dos estudantes. Incluir em caráter emergencial e prioritário

programas de prevenção e redução de danos ao uso indevido de álcool e outras drogas, com o objetivo de proporcionar qualidade de vida e saúde integral aos estudantes universitários e responder de forma efetiva ao alerta do **I Levantamento Nacional Sobre o Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas Entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras**, realizado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) em parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP);

(4) Fortalecimento da Política de alimentação com construção de restaurantes universitários nos novos campi, nas novas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e nas IFES que não têm esse serviço, para garantir uma alimentação adequada nutricionalmente aos estudantes. Nesse

sentido, o FONAPRACE encaminhou à ANDIFES, por Deliberação da 47ª. Reunião Ordinária do FONAPRACE, a necessidade de ações junto ao MEC e ao MPOG de reconsiderar cargos extintos na carreira do Serviço Público Federal, por exemplo, aqueles relacionados à produção e distribuição de alimentos;

(5) Fortalecimento e ampliação da Política de moradia para atender a todos os estudantes que dela necessitam com garantia de construção de novas residências em todos os campi e IFES;

(6) Fortalecimento e ampliação de Política de Transporte, considerando um plano de circulação sustentável em cada IFES;

(7) Consolidação e implantação do Esporte Universitário, do Lazer e da Cultura integrados às ações de promoção de saúde. Encaminhou-se à ANDIFES o Relatório do I Encontro do Esporte Universitário, realizado na Universidade Federal

do Rio Grande do Norte, por deliberação da 47ª. Reunião Ordinária do FONAPRACE;

(8) Implantação de ações de assistência estudantil (principalmente moradia, alimentação, transporte e apoio pedagógico) unificadas nas IFES, para atender aos estudantes em mobilidade no território nacional e implantação de ações de apoio aos estudantes para participarem de convênios no exterior;

(9) Implantação de programas de assistência aos estudantes com deficiências e necessidades especiais e com habilidade de superdotação, integrado às ações de apoio pedagógico, considerando as especificidades de cada IFES;

(10) Implantação e fortalecimento de Política de atendimento às demandas dos estudantes no que diz respeito à educação e cuidados de seus filhos, criando, organizando e estruturando creches.

Fonte: Ofício 24/2010/FONAPRACE Brasília, 30 ago. 2010

Durante o período de 2010-2012 novas demandas foram surgindo no FONAPRACE sendo acrescentadas aos dez temas acima mencionados, a saber:

- Discutir e encaminhar as novas demandas por Assistência Estudantil a exemplo: estudantes de 2ª graduação; ensino à distância e pós-graduação;
- Discutir e encaminhar a metodologia de funcionamento do observatório nacional para avaliação e monitoramento das ações de permanência nas IFES;
- Discutir e encaminhar a criação do Instrumento

O financiamento da Assistência Estudantil e a expansão das universidades

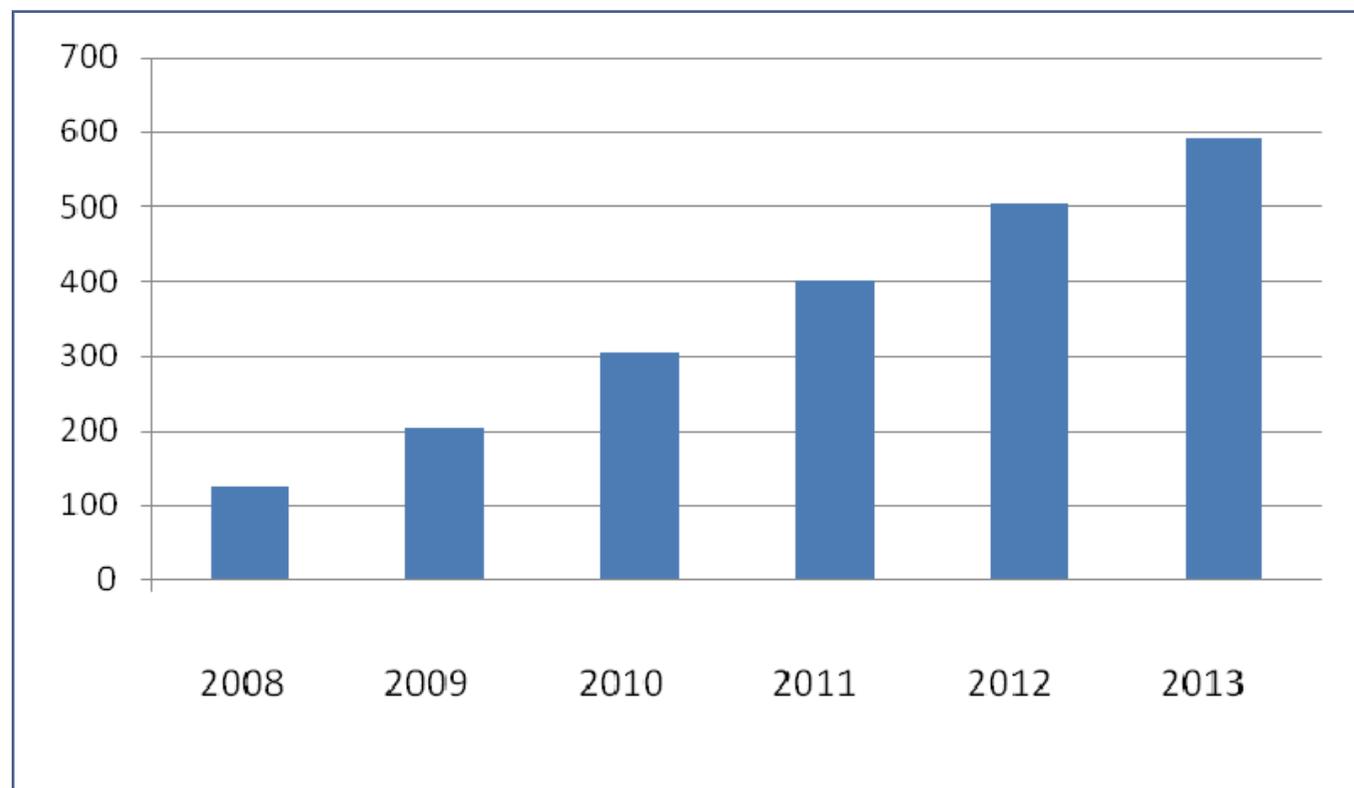
Segundo dados do MEC, a expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação.

Os recursos para assistência estudantil também

de Avaliação do PNAES, objetivando seu constante aperfeiçoamento;

- Acompanhar e aprimorar as políticas de ações afirmativas, em especial a aplicação da Lei 12711 de 29 de agosto de 2012;
- Reunir esforços para transformar o PNAES em Lei Federal, consolidando assim enquanto Política de estado;
- Dar continuidade à luta para ampliação dos recursos orçamentários para Assistência Estudantil nas IFES.

aumentaram, conforme demonstra o gráfico abaixo. Foram R\$ 125,3 milhões em 2008, no primeiro ano do programa, seguido de R\$ 203 milhões em 2009, aumentando, em 2010 para R\$ 304 milhões. Em 2011 chegou a R\$ 400 milhões e em 2012 foram distribuídos R\$ 504 milhões. Esse orçamento é repassado às universidades federais por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES a partir do qual são promovidas ações nas diversas áreas.



Porém, a previsão para 2013 é de R\$ 590 milhões, longe da proposta do FONAPRACE de ampliar recursos na ordem de R\$ 1,5 bilhões para atender 43,7% dos estudantes de graduação das IFES que demandam por programas de Assistência Estudantil. Acrescenta-se ainda que as IFES não poderão contar com recursos do REUNI em 2013, com isso fica preocupante a continuidade do processo

de expansão das universidades e principalmente com o aumento crescente da demanda por Assistência Estudantil nas IFES, diante do acesso via SISU e da Lei n.º 12711 de 29 de Agosto de 2012 que institui a reserva de no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Portanto, podemos considerar que as progressivas conquistas foram frutos do esforço coletivo e do compromisso de todos os integrantes do FONAPRACE ao longo da trajetória desses 25 anos de árduo trabalho. Porém, ainda há muito o que fazer para consolidação da Assistência Estudantil nas IFES, em atendimento à crescente demanda atual e diante das expectativas advindas do Programa de Expansão das universidades federais. Cabe a nós, como integrantes das equipes que trabalham nesta área, a continuidade desta luta histórica do FONAPRACE em prol de uma educação superior mais democrática e socialmente comprometida.

A Assistência Estudantil:
múltiplos olhares



MOVIMENTOS SOCIAIS, FORMAS DE RESISTÊNCIA E EDUCAÇÃO na construção da cidadania

*Rosélia Pinheiro Magalhães
Antonio José Barbosa de Oliveira*

Esta segunda parte da Revista é destinada à reflexão sobre Assistência Estudantil: múltiplos olhares, apresentada por meio de três seções: ensaios, ponto de vista e depoimentos. Inicialmente, foram selecionados ensaios que trazem ricas reflexões sobre temas macro relacionados à Assistência Estudantil, tais como: Política de Educação Superior articulada com as desigualdades sociais, pobreza e movimentos sociais na construção da cidadania; e temática específica sobre Assistência Estudantil, fazendo abordagem dos elementos conceituais, reflexões sobre a práxis dos profissionais que trabalham na área de Assistência Estu-

dantil e a nova configuração com o PNAES. A segunda seção refere-se à entrevista com os representantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior - ANDIFES e do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE. Visa-se expressar o ponto de vista sobre os avanços, limites e desafios da Assistência Estudantil nas IFES. A última seção é reservada aos depoimentos dos atores da Assistência Estudantil nas IFES: gestores, técnicos-administrativos nas diversas áreas de atuação e os estudantes assistidos.

INTRODUÇÃO

Neste ensaio, abordaremos o tema da resistência social segundo o referencial de Scott (2000) e sua relação com os movimentos sociais a partir da abordagem feita por Gohn (2011). Proporemos um recorte na análise dos movimentos sociais no campo da educação, em especial da educação superior, de forma a contribuirmos para o aprofundamento das reflexões que devem acompanhar o planejamento e implementação das políticas, bem como a condução das ações voltadas para os programas de assistência estudantil em nossas universidades. Traremos, ainda, de algumas reflexões sobre as características históricas da problemática da cidadania no Brasil a partir de Carvalho (2006).

O tema da resistência social foi desenvolvido por James Scott para analisar as diversas formas de dominação presentes nas relações sociais que, para

ele, sempre são relações de poder. O autor apresenta a tese de que aquele que se encontra em condição de subalternidade e de opressão vai resistir e, para isso, fará uso de diversas formas de linguagem que não somente a fala, como os gestos, as práticas e os costumes, entre outras, que se fazem presentes como mecanismos de reação à dominação. Esses mecanismos denominados de discurso oculto também são utilizados pelos que detêm o poder e que se manifestam nas práticas de dominação presentes nas relações sociais. O autor traz ainda o conceito do discurso público, como expressão do que é hegemonicamente imposto pelos grupos dominantes e socialmente aceito, como “relações explícitas entre os subordinados e os detentores do poder”. A abordagem do tema dos movimentos sociais será feita com base no referencial das Ciências Sociais a partir do estudo feito por Maria da Glória Gohn, em

especial, em trabalhos em que a autora destaca a relação movimento social e educação. A escolha desse referencial foi motivada pela forma como a autora entende a educação, numa concepção ampliada para além da educação escolarizada, e o seu entendimento do movimento social e das práticas coletivas como espaços educativos e de resistência social. O ensaio apresenta, ainda, uma breve caracterização dos movimentos sociais que deram origem às políticas de ação afirmativa para ingresso no ensino superior, e as atuais demandas desses movimentos pela existência de condições que viabilizem a permanência de estudantes oriundos dos setores populares, historicamente excluídos do espaço educacional formal.

MOVIMENTOS SOCIAIS, CIDADANIA E EDUCAÇÃO NO BRASIL

Partimos do pressuposto de que a educação, enquanto direito universal para efetivação da cidadania, embora garantido legalmente, não se efetivou no Brasil para alguns segmentos da população. Tomando-se por referência apenas a análise da formação histórica do Brasil, sem contar as experiências dos demais países da América Latina, tem-se

um grande número de situações em que as lutas e movimentos pela educação sempre estiveram presentes.

Segundo Gomes (2002), a legislação educacional, no Brasil, teve início com a Constituição de 1824, que fundou o Estado Imperial Brasileiro. No entanto, embora estivesse prevista a gratuidade da instrução primária a todos os “cidadãos”, não havia definição das competências e nem dos recursos a serem empreendidos para a implantação do preceito legal. Somos instigados a refletir sobre a que grupo social a Constituição se referia ao mencionar “os cidadãos”, já que o Brasil nascia como um Estado que se estruturava a partir da mão de obra escrava, com base econômica ainda assentada na agricultura agroexportadora, sendo analfabeta e excluída dos direitos sociais e políticos a maioria esmagadora da população, mesmo se considerarmos a parcela constituída pelos libertos. Somente com o Ato Adicional de 1834, que reformou nossa primeira Constituição, foram definidas as competências para o exercício do preceito constitucional: ficaria a cargo das Assembléias Provinciais a legislação e o cuidado da instrução pública, que deveria “formar o povo”. E quem seria esse “povo” a ser

formado pelas escolas de primeiras letras: seriam os “homens livres, os brancos ou boa sociedade”, sendo “excluídos das escolas públicas de instrução elementar da província do Rio de Janeiro os escravos e também os pretos africanos, ainda que livres e libertos” (GOMES, 2002, p.388).

Foi somente no final do século XIX e início do século XX, a partir das novas realidades e necessidades demandadas pelo capitalismo industrial, que a ampliação do acesso à educação, em nosso país, se tornou um problema a ser realmente enfrentado. Novos atores sociais ligados à produção industrial e a emergência de uma população urbana, aliados às novas necessidades de uma economia agroexportadora que enfrentava períodos de crise, demandavam alterações na estrutura social existente no país. Ressalte-se que parte considerável da intelectualidade que pensava e atuava nas questões educativas à época descendiam de famílias de oligarcas, ligados ao capital agroexportador.

Com o processo de urbanização e industrialização, o analfabetismo se torna um problema concreto a ser superado diante da nova ordem econômica, sobretudo a partir da Era Vargas (1930-1945), quando o país toma como política o modelo nacio-

nal-desenvolvimentista de base industrializante, marcado pela centralização política do Governo Federal. A partir do processo de industrialização no país, verificou-se um crescimento da demanda social pela educação e a necessidade de criação de escolas (incluindo as universidades) foi reconhecida pela intelectualidade ligada às elites, quer sejam liberais ou conservadoras.

Se tomarmos por referência apenas a 2ª. metade do século XX, teremos vários exemplos de lutas e movimentos em prol da educação, seja pelo direito do acesso à educação escolarizada nos seus vários níveis, seja pela possibilidade de que essa formação não seja feita apenas pela ótica da classe dominante. Podemos citar, nos anos 60 e 70, os movimentos das Ligas Camponesas e a utilização do método Paulo Freire, a mobilização dos estudantes universitários em 1968 e as experiências das Comunidades Eclesiais de Base. Esses movimentos refletiram a resistência de grupos sociais contra a exclusão e contra formas de educação que privilegiavam os interesses dos setores dominantes da sociedade. Nos anos anteriores ao Golpe de 1964, podemos considerar que a questão da “cidadania ampla” estava centrada nas discussões que apontavam para

a ampliação dos direitos, quer sejam os direitos civis, políticos e sociais. Carvalho nos aponta que o *cidadão pleno* é aquele que seja titular desses três direitos. Os *direitos civis* são aqueles fundamentais “à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei”, desdobrando-se no “direito de ir e vir, de escolher o trabalho, manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar, (...) de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis” (CARVALHO, 2006, p.9). Os direitos civis, assim, garantiriam as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil, pautada na liberdade individual. Já os *direitos políticos* se referem à participação do cidadão no governo da sociedade: “seu exercício é limitado à parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado” (CARVALHO, 2006, p.9). Os direitos políticos são caracterizados pela existência dos partidos políticos e de um parlamento livre e representativo. Finalmente, há os *direitos sociais* que incluem o “direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria” (CARVALHO, 2006, p.10). Os direitos sociais permitem às sociedades a

redução dos excessos de desigualdades produzidos pela exploração capitalista, garantindo um nível de bem-estar a todos. A ideia central que subjaz aos direitos sociais é a da *justiça social*. A popularização da educação — incluindo aí as ações que culminaram nas políticas para a democratização do acesso ao ensino superior —, está associada à perspectiva de ampliação dos direitos sociais.

Para Gohn (2011), movimentos sociais pela educação abrangem questões tanto de escolas quanto de gênero, etnia, nacionalidade, religião, qualidade de vida, direitos humanos, direitos culturais etc, e os próprios movimentos se constituem em espaços de aprendizagem. Este foi o fundamento para que o movimento negro, no final da década de 80, colocasse como pauta de suas lutas as demandas por políticas de ação afirmativa com corte racial para ingresso nas universidades. Essa reação à exclusão histórica de que esse grupo foi alvo durante séculos no Brasil foi fundamental para a criação de políticas públicas e para o reconhecimento da necessidade de atendimento a demandas específicas de um determinado grupo social.

O princípio da igualdade para todos que se faz presente no Brasil a partir da Constituição de 1988 é,

ainda, um ideal que permanece no nível formal e abstrato. Nesse sentido, a busca por condições reais de igualdade passa, a meu ver, pelo atendimento, num primeiro momento, de necessidades e interesses específicos de grupos que estão em condições de desigualdade e subalternidade. As políticas públicas que, voltadas para o atendimento das especificidades desses grupos de modo a promover efetivas condições de igualdade, são denominadas de ação afirmativa.

Conforme Gomes (2003, p.4), “essas políticas sociais nada mais são do que tentativas de concretização da igualdade substancial ou material, na conversão de uma concepção estática para uma noção dinâmica da igualdade”.

Em documento intitulado “Educação e População Afro-descendente no Brasil: Avanços, Desafios e Perspectivas” (GENTILI et al, 2012), é abordada a situação dos negros quanto à educação e registradas as tendências históricas e as alterações nos últimos anos para melhorias em tal dimensão. O referido documento atribui essas alterações principalmente ao “movimento negro que tem contribuído para chamar atenção quanto à violência sócio racial, discutindo inclusive como essa assume di-

versos tipos — verbal, simbólica, física, institucional, entre outras.” (2011, p.10).

O debate sobre ação afirmativa para grupos específicos nas universidades brasileiras é muito recente. Isso se deve ao fato de que a educação formal, e principalmente a educação superior, sempre foi para poucos e para os brancos, àqueles pertencentes às classes dominantes, devido à sua funcionalidade para a manutenção dos padrões de desigualdade social e das relações de dominação.

Paiva (2010) refere-se à construção social da cidadania no Brasil como um processo excludente e desigual, no qual a esfera pública foi mantida para grupos específicos que tinham prioridades, e para os grupos subordinados foram criados mecanismos de “servidão e cordialidade para garantir sua sobrevivência em uma ordem social hostil e desigual”.

Sobre esses mecanismos, Scott (2000) aponta que são estratégias dos subordinados nas relações sociais com os grupos dominantes e, por vezes, representam a única possibilidade de manifestação da insubordinação ideológica. Essas formas de conduta dos grupos subordinados diante dos dominantes, o autor chamou de “discurso público”. Este que se refere ao que hegemonicamente e socialmente

é aceito é, na maioria das vezes, diferente do que realmente ambos os grupos pretendem expressar. É sabido que os grupos dominantes precisam, por vezes, atender aos interesses dos grupos subordinados e convencê-los de que estão falando também em seu nome e, para isso, algumas concessões devem ser feitas. No entanto, não podemos desconsiderar o papel de resistência dos grupos dominados, que através de diversas práticas e formas de expressão nas relações sociais estabelecidas, se fazem presentes. Considerando, conforme apontado por Scott (2000), as dificuldades impostas pelos grupos dominantes de ocupação dos espaços sociais pelos grupos subordinados, as práticas cotidianas de resistência e organização social ganham nova perspectiva.

Partindo da definição adotada por Gohn (2011b) para os movimentos sociais, entendidos como “ações sociais coletivas, de caráter sociopolítico e cultural, que viabilizam formas da população se organizar e expressar suas demandas”, procuramos analisar a relação entre movimentos sociais e formas de resistência social. Consideramos, nessa análise, a importância dos diversos movimentos sociais e, no caso específico da nossa discussão, aque-

les relacionados à educação para alterar as relações sociais estabelecidas. No nosso entendimento, os movimentos sociais contribuem para a inclusão na pauta política de temas que não se referem apenas às questões da sobrevivência mais imediata, mas, que têm relação direta com as suas experiências e que podem apontar para a construção de relações sociais mais justas e equilibradas, e de uma democracia mais efetiva.

Nesse sentido, as novas demandas pautadas pelos diversos setores da sociedade, organizados em movimentos sociais pela educação, não se referem apenas àquelas relativas à ampliação do ensino superior e à inclusão de estudantes negros e oriundos das camadas de baixa renda. Alguns grupos têm pautado também reivindicações relativas às condições para a permanência desses estudantes diante de uma realidade que não favorece àqueles que apresentam dificuldades de diversas ordens, a fim de garantir igualdade de condições para a realização do ensino superior. O Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), enquanto órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), ao longo dos úl-

timos 25 anos, tem sido um catalizador de grande parte das reivindicações, dando-lhes organicidade e instrumentalização política junto ao Ministério da Educação. Como resultado dessas reivindicações, foi aprovado o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, que embora ainda não se configure como uma política pública permanente, por se tratar de um Decreto-Lei, representa avanços significativos no sentido de estabelecer diretrizes para a permanência de alunos de classes populares no ensino superior público federal, na perspectiva da inclusão social pela educação e da redução das desigualdades sociais e regionais.

Para exemplificar algumas iniciativas que se configuram como formas de resistência às relações hegemonicamente constituídas, segundo a definição de Scott, destacamos a atuação, durante toda a década de 90 e início dos anos 2000, de grupos de profissionais da educação superior e setores do movimento estudantil que, a despeito dos intensos e sucessivos ataques que a educação superior pública sofreu, se mantiveram à frente para defender a universidade pública e a educação gratuita e de qualidade. Merecem ainda destaque, a título de exemplo do resultado da atuação dos movimen-

tos sociais, os avanços recentes em relação à implementação das políticas de ação afirmativa, com corte racial, nas universidades públicas brasileiras, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve ensaio, buscamos apontar alguns pontos para reflexão acerca do papel dos movimentos sociais enquanto instrumento de resistência às práticas de dominação presentes nas relações sociais.

Tomamos por referência a analogia de Gohn (2011[a], p.337), que considera os movimentos sociais como o coração, o pulsar da sociedade. São movimentos que expressam energias de resistência ao velho que oprime ou a construção do novo que liberta, e criam a possibilidade de redefinir a esfera pública pela introdução de novos temas na agenda política.

Com base na afirmação da autora, entendemos que esses movimentos criam práticas coletivas que lutam pela inclusão social e agem como resistência à exclusão.

Para Gohn, os movimentos sociais constroem “representações simbólicas afirmativas por meio de

discursos e práticas e criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, gerando em seus participantes sentimentos de pertencimento social” (2011 a, p.336).

Buscamos uma aproximação do conceito de resistência social desenvolvido por Scott para a análise dos movimentos sociais, no entendimento de que eles se constituem como mecanismo utilizado por grupos sociais organizados para o enfrentamento de situações de desigualdade e subalternidade. Pelas diversas e diferentes formas como esses movimentos estabelecem, na ação concreta, a relação com os setores dominantes, eles podem influenciar na transformação de suas reivindicações em políticas e programas sociais, ao mesmo tempo, em que continuam cumprindo a função de representarem grupos sociais organizados e protagonistas de demandas antigas ou novas.

Em relação à temática da educação, concordamos com Gohn quando afirma que as lutas e movimentos pela educação têm caráter processual, podendo ocorrer tanto dentro quanto fora da escola, como também em outros espaços institucionais; e por envolver a luta por direitos, fazem parte da construção da cidadania (2011a, p.346). Concebemos

também que, historicamente, a política educacional, no Brasil, foi mais um instrumento de diferenciação social do que uma possibilidade concreta de construção e ampliação da cidadania. Sem dúvida, as últimas décadas apontam para uma expansão quantitativa de todo o sistema de educação. Temos, agora, o desafio da expansão qualitativa para que a “democratização” não se converta numa mera “massificação”.

A política de cotas para segmentos diversos da população brasileira, adotada hoje para ingresso na maioria das universidades públicas brasileiras e em algumas instituições privadas, é o resultado do impacto de algumas demandas dos movimentos sociais nas políticas públicas. E, embora as políticas de ação afirmativa tenham sua importância diante dos padrões de desigualdade da sociedade brasileira, os grupos sociais organizados não podem perder de vista a educação pela ótica do direito social para que, a longo prazo, se vislumbre a possibilidade de construção de políticas públicas emancipatórias, universais, que contemplem as diversas aspirações sociais, culturais e políticas para a efetivação do princípio da igualdade, ressignificada nos dias atuais como justiça social.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- GENTILI, P. et al. Educação e população afro descendente no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. In: Serie Avances de Investigación, n.76, abr. 2012, FLACSO, Madri, Espanha. Disponível em <http://www.fundacioncarolina.es/esES/publicaciones/avancesinvestigacion/Paginas/AvancesdeInvestigacion.aspx>. Acesso em 8 jul.2012.
- GOHN, M. da G. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, no. 47, 2011 a. Disponível on-line em <http://www.scielo.br>. Acesso em 20 de junho 2012.
- _____. Educação, Trabalho e Lutas Sociais. In: GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. (Orgs.) *A Cidadania Negada: políticas de*

exclusão na educação e no trabalho. S. Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2011b.

GOMES, J. B. B. A recepção do Instituto da Ação Afirmativa no Direito Constitucional Brasileiro. In SANTOS, R. e LOBATO, F. (Orgs.). *Ações Afirmativas – Políticas Públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A; 2003.

GOMES, Ângela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, A.C.; PANDOLFI, D.C.; ALBERTI, V. *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC/FGV, 2002.

PAIVA, A. M. de R. *Direitos, desigualdade e acesso à universidade*. In: *O Social em Questão*, nº 23, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

SCOTT, J. *Los dominados y el arte de la resistencia*. Traducción de Jorge Aguilar Mora. México:Ediciones Era, 2000. Disponível em: [http:// books.google.com.br/books](http://books.google.com.br/books).

Rosélia Pinheiro Magalhães

Assistente Social/UFRJ – Assessora da
Superintendência Geral de Políticas Estudantis

Antonio José Barbosa de Oliveira

Professor Adjunto CBG/FACC/UFRJ –
Superintendente Geral de Políticas Estudantis

DESIGUALDADE, POBREZA E educação superior no brasil

Rosélia Pinheiro de Magalhães

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente ensaio apresenta algumas reflexões sobre a temática da desigualdade e da pobreza a partir do referencial teórico das ciências sociais e econômicas, em especial os trabalhos de Márcio Pochmann, Maria Ozanira da Silva e Silva, José Paulo Netto e os relatórios produzidos pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – entre outros textos complementares.

Buscar-se-á, ainda, fazer uma aproximação da questão da desigualdade social com o tema da Assistência Estudantil na Educação Superior Pública. O referencial teórico que norteia essas reflexões é o que demonstra que a desigualdade, enquanto condição estruturante da formação histórica da sociedade brasileira, não se restringe à imensa pobreza econômica que atinge um enorme contingente de brasileiros. Parte-se do entendimento de que a de-

sigualdade se reflete tanto na forma de distribuição da renda como nas formas de acesso aos bens socialmente produzidos e aos direitos formalmente garantidos.

Pochmann (2007), em artigo publicado, nos chama a atenção para a importância de compreender e analisar as causas e fundamentos da desigual divisão da renda no Brasil e das suas expressões na contemporaneidade, para a proposição da criação de medidas efetivas para a superação dos padrões de desigualdade na realidade brasileira.

Na análise realizada, o autor aponta dois tipos de possibilidade de rompimento do padrão de concentração de renda e de riqueza na história da humanidade, concluindo que as experiências, onde foi possível não a eliminação, mas a redução da distância entre esses padrões de concentração, ocorreram mediante a existência de regimes políticos demo-

cráticos. No caso do Brasil, em que a experiência de uma efetiva democracia ainda não é uma realidade, o padrão de desigualdade social só fez aumentar durante todo o século XX, chegando, ao início do século XXI, com índices de pobreza econômica e social que ainda nos deixam muito aquém do desejado para uma sociedade considerada desenvolvida e onde haja justiça social.

Falando sobre os poucos períodos democráticos que o Brasil viveu, Pochmann afirma que “a convergência para o desenvolvimento revolucionário ou mesmo reformista foi subsumida pela administração das emergências e pelas articulações políticas entre distintos extratos de classes sociais muitas vezes necessárias à governabilidade” (Pochmann, 2007).

Nesse sentido, o que se tem visto é que, no Brasil, a despeito das garantias legais e da promessa de igualdade que representou a Constituição de 1988, as iniciativas de mudança nesse quadro de desigualdade devem-se a algumas políticas sociais implementadas desde o final da década de 90, pelos diferentes governos que, no entanto, têm priorizado o combate à pobreza extrema, atuando principalmente com políticas de transferência de renda.

No que se refere à educação básica e à saúde, embora o princípio presente na referida Constituição seja o da universalidade, o que se verifica, na prática, é o que foi denominado por pesquisadores do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – de “universalização restrita”. Ou seja, numa execução de política social determinada pela área econômica dos governos, o Estado tem se eximido, cada vez mais, de atuar na melhoria e ampliação dos serviços públicos e, com isso, parte da população se vê alijada/excluída desses direitos, mais pela sua precariedade do que pela sua inexistência.

A educação que se constitui como um direito social é uma das áreas em que a questão da desigualdade se reflete com maior nitidez no Brasil. Pesquisas realizadas pelo IPEA, no final da década de 90, demonstraram, entre outros dados, que apesar de ter havido um crescimento do número de jovens que tem acesso à educação escolarizada, esse crescimento ocorre apenas no primeiro segmento da formação escolar – o ensino fundamental. E, ainda assim, quando se comparam os dados de escolaridade da população de crianças e jovens brancas e das negras, os números apresentados revelam que os níveis de desigualdade, tanto no acesso quanto

na conclusão das etapas iniciais da escolarização, aumentam consideravelmente para as pessoas da raça negra.

No que se refere à educação superior, dados do Censo da Educação Superior de 2010, realizado pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, demonstram que, embora tenha ocorrido um crescimento de mais de 100% no número de matrículas em cursos de graduação entre os anos de 2001 e 2010 (incluindo aí matrículas na rede pública e privada), quase a metade desse percentual – 48,7% ocorre na região sudeste do país e, predominantemente, em Instituições de Ensino Superior Privadas. Entretanto, esses percentuais representam apenas uma pequena parcela dos jovens brasileiros em idade de ingressar nessa etapa da educação escolarizada. Cabe ressaltar que o levantamento feito dá ênfase no número de ingressantes e de matrículas realizadas, sem apresentar maiores informações sobre os números dos concluintes. Outro aspecto que chama a atenção refere-se ao fato de que o relatório apresenta os dados de ingressos por sexo, e não há nenhum levantamento tomando por base a origem étnico-racial dos ingressantes.

Ribeiro (2003), em estudo sobre desigualdades e

classes sociais no Brasil, afirma que, além da renda, o outro recurso fundamental para melhorar as condições de vida dos indivíduos e suas famílias é o nível educacional que possuem. Em pesquisa realizada entre os anos de 1973 e 1996, para analisar as desigualdades de condições de vida e de mobilidade social entre vários estratos de classes sociais, o autor conclui que “o acesso à universidade continua sendo muito mais provável para os membros dos grupos mais privilegiados” (p.400). Ou seja, a desigualdade econômica e social tem reflexos diretos no acesso à educação, conformando um círculo vicioso difícil de romper.

A conclusão a que chegamos, a partir dos estudos e das pesquisas, é que a desigualdade social no Brasil não está presente apenas nos níveis de renda, pois, embora a pobreza seja sua face mais visível, outros determinantes levam a que se mantenham os índices de desigualdade, mesmo quando há um aumento efetivo da renda.

Nos últimos anos, o quadro de desigualdade no acesso à educação superior vem sofrendo alterações que, embora insignificantes numericamente, representam indícios de mudança no perfil de estudantes que ingressam no ensino superior no Bra-

sil. As políticas de ação afirmativa para ingresso no ensino superior, que existem hoje na maioria das universidades públicas brasileiras, foram a principal estratégia para essa mudança de perfil.

Cabe destacar que, no campo da educação, as políticas de ação afirmativa foram implementadas como resposta às exigências e pressões de determinados grupos sociais, em especial os grupos étnico-raciais pela sua inclusão no espaço público das universidades.

A nosso ver, no momento atual, o debate precisa se voltar para a necessidade de avaliação da abrangência e efetividade dessas políticas no que se refere ao acesso ao ensino superior público e, sobretudo, nos desafios para a implementação de ações que garantam a permanência e a realização da formação acadêmica para esses diferentes grupos que estão entrando na universidade pública.

DESIGUALDADE, POBREZA E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Os diversos autores pesquisados apontam para o crescimento do panorama de desigualdade social no Brasil que convive, de forma paradoxal, com a redução dos índices de pobreza absoluta a partir

das políticas sociais de combate à pobreza, implementadas pelo estado brasileiro.

Os estudos desenvolvidos pelo IPEA desde os anos 90, entre outros, apontam a estrutura histórica de desigualdade na distribuição de renda e das oportunidades de inclusão econômica e social da sociedade brasileira como o principal determinante para os elevados níveis de pobreza do país. Esses mesmos estudos indicam a necessidade de se criar estratégias de mudança dessas condições aliadas às políticas de crescimento econômico.

É nesse sentido que, desde o final dos anos 90, políticas sociais de redistribuição de renda têm sido implementadas através dos programas governamentais de transferência de renda.

O sistema de proteção social no Brasil, que surge vinculado ao mundo do trabalho formal, passa por uma ampliação num contexto em que as grandes crises sociais e econômicas deixam de fora do seu alcance um grande contingente da população brasileira. A incorporação dos programas de transferência de renda a esse sistema de proteção é uma tentativa do Estado de garantir condições mínimas de sobrevivência a grupos de pessoas, pelo estabelecimento de uma política social não contributiva.

Rocha (2006) considera que, pelo alcance do número de pessoas atendidas comparativamente ao investimento público financeiro realizado, tais programas vieram para ficar, sendo incorporados de forma definitiva ao sistema de proteção social do país. A autora afirma, ainda, a necessidade de aperfeiçoamento de seu funcionamento e de sua articulação a outros programas sociais sem, no entanto, fazer uma análise mais detalhada da relação da desigualdade social com outros determinantes estruturais, uma vez que sua pesquisa tinha por objetivo analisar os efeitos dos programas de transferência de renda na redução das desigualdades econômicas.

Diferentemente, Silva (2010) vai recorrer a uma abordagem mais voltada para os determinantes estruturais da pobreza, focando a discussão na questão do sistema de classes sociais, típico das sociedades capitalistas, na qual a condição de pobreza não pode ser entendida apenas como insuficiência de renda. Para a autora, a concepção da multiplicidade de determinantes na formação da condição de desigualdade social é a que dá melhores possibilidades de entendimento e de busca de possibilidades de superação da pobreza econômica e de acesso

à riqueza socialmente produzida e à participação social e política.

Nesse sentido, os programas sociais de transferência de renda, que vêm sendo criados nas duas últimas décadas, indicam o tipo de concepção que tem sido priorizado na formulação das políticas sociais. Uma concepção voltada prioritariamente para o aumento da renda para garantir a sobrevivência de um grande contingente da população brasileira, com impactos significativos na vida dessas pessoas, mas que não altera estruturalmente as situações que produzem as desigualdades sociais e econômicas. Para Silva (2010) trata-se de:

Políticas e programas que têm até incluído pessoas nos processos econômicos de produção e consumo. Contudo, é uma integração da pobreza e da indigência de modo marginal e precário, criando um segmento de indigentes ou pobres 'integrados' mantidos na situação de mera reprodução... tendo, desta forma, uma pobreza regulada ou controlada, mas não superada (2010, p.161).

Netto (2007), ao afirmar que a desigualdade e a pobreza são condições constituintes do modo de produção capitalista, contesta o argumento de que a supressão dessas condições se fará pela via do cres-

cimento econômico uma vez que os determinantes que geram essas condições não se reduzem a fatores econômicos. Para o autor, embora as condições socioeconômicas, fruto das relações de exploração características das sociedades capitalistas, sejam o principal fundamento para a existência de pobreza e de desigualdade, outros fatores de natureza político-cultural também contribuem para que os índices de desigualdade e de pobreza sejam cada vez maiores, principalmente nos países latino-americanos.

Partindo da análise do autor, concluímos que a enorme concentração de renda é apenas um dos graves problemas a serem enfrentados para redução da desigualdade no país. A análise histórica da formação social brasileira tem demonstrado que a concentração de renda leva, inevitavelmente, à concentração do poder e das decisões políticas, as quais irão definir o perfil minimalista das políticas sociais a serem implementadas.

No caso do Brasil, onde o número de pessoas em condições de pobreza é enorme, o seu enfrentamento é necessário para evitar um colapso social que colocaria o país numa situação desconfortável diante das suas pretensões de se tornar um país

desenvolvido. Nesse sentido, entendemos que os programas sociais voltados à redução da pobreza extrema são necessários apesar de suas características assistenciais e focalizadas, e têm tido um resultado efetivo para as pessoas que conseguem acessar tais programas.

Nossa avaliação é que o desafio que se coloca para a sociedade é o de cobrar do Estado a necessidade de se aliar a esses programas a formulação e implementação de outras modalidades de políticas que extrapolem a dimensão imediata da transferência de renda necessária apenas para a sobrevivência em seus níveis mais elementares.

Nessa direção é que alguns setores da sociedade e os movimentos sociais têm buscado a efetivação de direitos sociais garantidos legalmente, mas ainda não totalmente concretizados, dentre os quais destacamos a educação e a saúde.

Por ser foco do debate, no âmbito do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, a permanência de estudantes no ensino superior público, nossa reflexão irá privilegiar essa modalidade da educação e sua relação com a questão da desigualdade.

A universidade, como expressão da sociedade bra-

sileira, abriga também as contradições nela existentes. Nesse sentido, consideramos que o processo de democratização da universidade, que vem sendo promovido pelo Estado brasileiro com as políticas de expansão do acesso ao ensino superior, pode contribuir para a redução das desigualdades socioeconômicas.

Historicamente, a educação, e em especial a educação pública de qualidade, sempre foi destinada aos segmentos da população com melhores condições econômicas. Esse quadro vem sofrendo pequenas alterações, desde o final da década de 80, pela pressão de movimentos populares, em especial o movimento negro, que trouxeram à tona a questão da desigualdade no acesso à educação superior.

Para Gomes (2003), as políticas de ação afirmativa para ingresso nas universidades surgem como possibilidade de conversão da concepção estática para uma noção dinâmica da igualdade legalmente instituída. São políticas sociais voltadas para o atendimento das especificidades de determinados grupos sociais que se encontram em condições de desigualdade, a fim de que haja efetivas condições de igualdade.

Segundo a divisão conceitual para definição dos

tipos de políticas públicas, adotada por alguns teóricos da Teoria Política, se caracterizam como políticas redistributivas tanto os programas sociais de transferência de renda como as políticas de educação e de saúde. Estas últimas, embora consideradas como políticas de ação indireta pelos seus efeitos de longo prazo, têm efetiva influência na diminuição da desigualdade social por intervirem na estrutura econômica e política da sociedade.

No entanto, é nosso entendimento que o direito à educação não se pode efetivar apenas na ampliação das possibilidades de acesso. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Para a elaboração de projetos na área de assistência estudantil, é essencial reconhecer que, no Brasil, grande parte da população vivencia diversas formas de segregação e condições de miséria que variam de intensidade. Há um enorme contingente de jovens que não tem oportunidade de educação, de

cultura, de lazer e condições mínimas de moradia e de saúde. Nesse sentido, entendemos como fundamental o conhecimento e a análise, por parte dos profissionais ligados à assistência estudantil e das instâncias de decisão das universidades, das diversas determinações que compõem a desigualdade social. Consideramos que, além do conhecimento, é necessário o efetivo envolvimento desses setores para que, dentro dos limites e das possibilidades, ações concretas possam ser implementadas.

Conforme Netto (2007):

Nenhuma ação profissional (e não só dos assistentes sociais) suprimirá a pobreza e a desigualdade da ordem do capital. Mas seus níveis e padrões podem variar e esta variação é absolutamente significativa – e sobre ela pode incidir a ação profissional, incidência que porta as possibilidades da intervenção que justifica e legitima o Serviço Social. O conhecimento desses limites e dessas possibilidades fornece a base para ultrapassar o *messianismo*, que pretende atribuir à profissão poderes redentores, e o *fatalismo*, que a condena ao burocratismo formalista (2007, p. 166).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos proceder a uma reflexão da situação da pobreza e da desigualdade no Brasil, a partir do debate teórico que aborda o enfretamen-

to dessas situações com as políticas de combate à pobreza e sua relação com a implementação de políticas de assistência estudantil nas universidades públicas. Os programas de transferência de renda que, conforme percebemos na análise dos textos contribuíram para retirar da pobreza um grande número de famílias brasileiras, demonstram a eficácia de uma intensa política redistributiva no combate à extrema miséria, caracterizando-se, no entanto, prioritariamente como uma política econômica.

No que se refere ao acesso a direitos sociais como saúde e educação, no entanto, as políticas sociais continuam muito longe de efetivarem uma redução das desigualdades sociais. Nossa conclusão é de que, embora tenha havido uma redução dos níveis de pobreza no Brasil, conforme apontam as pesquisas econômicas, as outras condições que definem a desigualdade social se mantêm tanto em intensidade quanto em estabilidade.-

As políticas públicas voltadas para o combate à miséria, embora não atendam de forma satisfatória aos demais problemas decorrentes das condições de desigualdade, têm cumprindo um importante papel ao dar visibilidade às precárias condições

vividas por segmentos sociais, o que vem contribuindo para a desconstrução da naturalização da desigualdade social.

Buscando uma aproximação da temática da desigualdade social com a atuação do profissional de Serviço Social, consideramos que essa atuação deve se pautar na perspectiva de que os profissionais envolvidos com a assistência estudantil podem contribuir para a formulação, implementação, execução e avaliação de políticas no âmbito da educação superior. Tais políticas podem contribuir para a redução das condições de desigualdades para o acesso e para a permanência no ensino superior público. Nesse sentido, a recente aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES é o reflexo da atuação de um conjunto de profissionais que tem levado essa discussão para o debate político com o Estado.

As ações preconizadas pelo PNAES se caracterizam como ações afirmativas de permanência, destinadas, prioritariamente, a alunos oriundos das camadas populares, objetivando promover efetivas condições para a realização e conclusão do curso superior.

Essas ações, embora tenham como prioridade os in-

gressantes em situação socioeconômica desfavorável, devem levar em conta a totalidade dos alunos, porém não de forma homogênea, mas reconhecendo que as diferenças devem sugerir flexibilidade na execução de políticas, de forma a garantir igualdade de oportunidades e efetividade de direitos.

Nesse sentido, consideramos que a assistência estudantil na universidade pública deve atuar na proposição e implementação de ações voltadas para a permanência dos estudantes num espaço que historicamente pertence à elite brasileira, com toda a gama de diversidades e diferenças que os mesmos apresentam. A assistência estudantil deve se tornar uma política institucional que ultrapasse a existência apenas de programas de repasse financeiro, mas que possam ser pensadas ações para o atendimento dos estudantes em seus diversos aspectos e necessidades de modo que sejam oferecidas condições para transpor e superar possíveis obstáculos e dificuldades no seu trajeto acadêmico.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. *Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável*. Rio de Janeiro, IPEA, no. 800, 2001
- GOMES, J. B. B. *A recepção do Instituto da Ação Afirmativa no Direito Constitucional Brasileiro*. In SANTOS, R. e LOBATO, F. (Orgs.) *Ações Afirmativas – Políticas Públicas contra as desigualdades raciais*. RJ, DP&A. 2003.
- RIBEIRO, C.A.C. *Estrutura de Classes, Condições de Vida e Oportunidades de Mobilidade Social no Brasil* In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (orgs.) *Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2003.
- HERINGER, R.; PAULA, M. (Orgs.) *Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na Superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll,

ActionAid, 2009.

NETTO, J. P. *Desigualdade, Pobreza e Serviço Social*. In: Revista Em Pauta, no.19, Rio de Janeiro, UERJ, 2007.

POCHMANN, M. *Brasil o país dos desiguais*. Le Monde Diplomatique, Ano 1, no. 3, out. de 2007. Disponível em <<http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id= 30>>.

ROCHA, S. Os “novos” programas de transferência de renda: impactos possíveis sobre a desigualdade no Brasil. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.) *Desigualdade de Renda no Brasil: Uma análise da questão recente*. Brasília, IPEA, 2006.

SILVA, M. O. da S. *Pobreza, Desigualdade e Políticas Públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira*. Rev. Katál. Florianópolis, v. 13 no.2 p.155-163, jul-dez/2010.

Rosélia Pinheiro de Magalhães
Assistente Social/UFRJ – Assessora da Superintendência
Geral de Políticas Estudantis



Casa do Estudante – Campus Sambambaia – UFG



Residência Universitária – Campus Ciências Agrárias – UNIVASF